

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Agostinho Patrus – PV
1º-Vice-Presidente: deputado Antonio Carlos Arantes – PSDB
2º-Vice-Presidente: deputado Cristiano Silveira – PT
3º-Vice-Presidente: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
1º-Secretário: deputado Tadeu Martins Leite – MDB
2º-Secretário: deputado Carlos Henrique – PRB
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

- 1 – ATAS**
 - 1.1 – Plenário
 - 1.2 – Comissões
- 2 – ORDENS DO DIA**
 - 2.1 – Plenário
 - 2.2 – Comissões
- 3 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO**
 - 3.1 – Comissões
- 4 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES**
- 5 – PRONUNCIAMENTOS**
- 6 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA**
- 7 – ERRATA**



ATAS

ATA DA 4ª REUNIÃO ESPECIAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 28/3/2019

Presidência do Deputado Antonio Carlos Arantes

Sumário: Comparecimento – Abertura – Ata – Destinação da Reunião – Composição da Mesa – Registro de Presença – Execução do Hino Nacional – Exibição de Vídeo – Palavras do Deputado Bosco – Entrega de Placa – Palavras do Sr. Emílio César Ribeiro Parolini – Palavras do Presidente – Apresentação Musical – Encerramento.

Comparecimento

– Comparecem os deputados:

Antonio Carlos Arantes – Bosco – Bruno Engler.

Abertura

O presidente (deputado Antonio Carlos Arantes) – Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos.

Ata

– O presidente, nos termos do § 2º do art. 39 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada, e a subscreve.

Destinação da Reunião

O locutor – Destina-se esta reunião a homenagear a Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado de Minas Gerais – Federaminas – pelos 65 anos de sua fundação.

Composição da Mesa

O locutor – Convidamos a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. Emílio César Ribeiro Parolini, presidente da Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado de Minas Gerais – Federaminas; e Marcos Brafman, vice-presidente da Associação Comercial e Empresarial de Minas – ACMinas; a Exma. Sra. Tânia Mara Rezende, presidente da Câmara Nacional da Mulher Empreendedora, representando a Confederação das Associações Comerciais do Brasil; o Exmo. Sr. Bruno Selmi dei Falci, presidente da Junta Comercial do Estado de Minas Gerais – Jucemg; a Exma. Sra. Ana Cláudia Machado, presidente da Associação Comercial de Borda da Mata, representando as Associações Comerciais do Estado de Minas Gerais; e os Exmos. Srs. Cel. Charles Baracho, representando o comandante-geral da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, Cel. Giovanne Gomes da Silva; Marcelo de Souza e Silva, presidente da Câmara de Dirigentes Logistas de Belo Horizonte – CDL/BH; e deputados Bruno Engler e Bosco, este autor do requerimento que deu origem a esta homenagem.

Registro de Presença

O locutor – Gostaríamos de registrar a presença, nesta solenidade, da Sra. Yêda Fernal, presidente da Federaminas Mulher, assim como do Exmo. Sr. John Wercollis de Moraes, prefeito municipal de Pratinha.

Damos ciência aos ilustres convidados, bem como aos telespectadores que nos acompanham pela TV Assembleia neste momento, de mensagem que nos foi enviada pelo Exmo. Sr. senador Antonio Anastasia, na qual lamenta não poder se fazer presente, agradece o convite naturalmente e cumprimenta a Federaminas pelos seus 65 anos de fundação, na pessoa de seu presidente, Emílio César Ribeiro Parolini. Cumprimenta também o Exmo. Sr. deputado Bosco pela iniciativa da homenagem e envia saudação a todas as autoridades que compõem a Mesa, na pessoa do presidente desta solenidade, deputado Antonio Carlos Arantes.

Execução do Hino Nacional

O locutor – Convidamos os presentes para ouvir o Hino Nacional, que será executado pelo Coral Lírico de Minas Gerais, regido pela maestrina Lara Tanaka.

– Procede-se à execução do Hino Nacional.

Exibição de Vídeo

O locutor – Assistiremos agora a um vídeo sobre os 65 anos da Federaminas.

– Procede-se à exibição do vídeo.

Palavras do Deputado Bosco

Senhoras e senhores, muito boa noite! Sejam todos bem-vindos a esta reunião especial, a esta reunião solene, que certamente ficará gravada na história do Poder Legislativo mineiro, dada a sua importância.

Quero saudar o nosso 1º-vice-presidente da Assembleia Legislativa, neste ato presidindo esta reunião, deputado, amigo e parceiro Antonio Carlos Arantes. Quero saudar também, com muita satisfação, o nosso presidente da Federaminas, meu amigo e conterrâneo Emílio César Ribeiro Parolini, assim como sua esposa Mariela, sempre presente junto do seu esposo. Saúdo também nosso amigo e parceiro, deputado estadual Bruno Engler, que nos honra com sua presença e sua participação, assim como o vice-presidente Marcos Brafman, da Associação Comercial e Empresarial de Minas Gerais – ACMinas; a Sra. Tânia Mara Rezende, presidente da Câmara Nacional da Mulher Empreendedora, representando aqui também a Confederação das Associações Comerciais do Brasil. É um orgulho para nós, Tânia, ter uma mineira em tal patamar em nosso país.

Quero saudar o Sr. Bruno Falci, presidente da Junta Comercial do Estado de Minas Gerais – Jucemg –, que também nos honra com sua presença, assim como a Sra. Ana Cláudia Machado, presidente da Associação Comercial de Borda da Mata, e o representante do comandante-geral da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, Cel. Charles Baracho. Obrigado pela presença.

Saúdo também o Sr. Marcelo de Souza e Silva, presidente da Câmara de Dirigentes Logistas de Belo Horizonte – CDL/BH. Na pessoa do prefeito de Pratinha aqui presente, Sr. John Wercollis, quero saudar os demais representantes de entidades e associações que também nos brindam com sua presença nesta noite.

Faço uma saudação especial também aos telespectadores da TV Assembleia que nos acompanham neste momento em toda Minas Gerais. Faço aqui, claro, de forma muito especial, um agradecimento ao Coral Lírico de Minas Gerais pela participação, com seu grupo completo, coral esse considerado patrimônio cultural de Minas Gerais, através de autoria deste parlamentar. Muito obrigado.

Senhoras e senhores, hoje a Assembleia Legislativa de Minas Gerais se reúne para expressar seu reconhecimento à Federação das Associações Comerciais, Industriais, Agropecuárias e de Serviços no Estado de Minas Gerais, a nossa querida Federaminas. Esta reunião especial vai além de uma homenagem pelos 65 anos dessa entidade. Estamos aqui para falar de cidadãos que lutam, que trabalham diariamente pelo desenvolvimento e geração de emprego em nosso estado. Sabemos que essa luta começou em 1954, quando um grupo de empresários, presidentes de seis associações comerciais de importantes municípios mineiros, tiveram a ideia visionária de criar uma entidade que aglutinasse todo o setor, objetivando unir e fortalecer, política e economicamente, o empresariado de Minas.

Presidente Emílio Parolini, araxaense, meu conterrâneo e amigo, é preciso destacar e ressaltar que a Federaminas trabalha pelo fortalecimento das entidades federadas e, conseqüentemente, dos empresários que são filiados, em sua maioria de empresas de micro, pequeno e médio portes.

São empresários que trabalham em prol do crescimento da economia mineira. Não é à toa que a Federaminas se fortalece cada vez mais, e é o Sr. presidente Emílio que tem dado a sua contribuição ao longo de quatro anos à frente dessa entidade. Cada presidente, diretor, empresário, cada federado e associado que passou por essa entidade deixou a sua marca no seu momento e no seu tempo; uma entidade que conta hoje com mais de trezentas associações federadas e milhares de associados presentes em mais de trezentos municípios de Minas Gerais.

A Federaminas só cresce, sabem por quê? É porque nunca perdeu o foco. Acreditamos que a Federaminas ultrapassou mais de meio século de existência, em crescente credibilidade, porque fortalece as empresas mineiras e fomenta o empreendedorismo e a defesa dos legítimos interesses da classe empresarial. Entidade que está sempre atenta aos desafios que se impõem, e é o que tem feito ao longo desses 65 anos. A Federaminas continua trabalhando e buscando caminhos que fortaleçam a união, a integração e o desenvolvimento. São incontáveis as conquistas e os benefícios para a classe empresarial e as contribuições para o desenvolvimento do nosso querido estado.

Hoje, além de homenagear, queremos agradecer à Federaminas os serviços prestados com competência, com inteligência e com sabedoria. Serviços estes que contribuíram significativamente para gerar expressivo volume de empregos e impostos para o nosso estado, tornando a economia mineira uma das três principais formadoras do produto interno bruto nacional.

A Federaminas tem contribuído sobremaneira na construção de uma sociedade econômica e socialmente mais justa. Sabemos que os efeitos da crise econômica sobre as empresas são nítidos, mas a Federaminas também vê, nessas fases, um momento de oportunidade para o empreendedorismo. Em momentos de dificuldades, incertezas e especulações, precisamos ser otimistas, acreditar na capacidade de superação, nas oportunidades e na ampliação do diálogo e das parcerias entre o poder público e o empresariado. O atual momento econômico exige grande esforço da nação brasileira, das associações, das indústrias e principalmente do setor público.

O setor público, quer seja ele municipal, estadual ou federal, não poderá ser jamais, presidente Emílio, um oponente dos empresários e dos nossos empreendedores. O setor público tem, sim, que ser parceiro e agente facilitador, e fico feliz por ter um

conterrâneo araxaense frente ao governo do Estado de Minas Gerais, o governador Romeu Zema, que tem essa visão e que tem procurado trabalhar nesse sentido.

Cada vez mais, as nossas associações empresariais devem ser ouvidas e respeitadas em suas cidades e regiões, Maurício, sempre adquirindo maior visibilidade e contribuindo efetivamente para o desenvolvimento das nossas associações e ainda gerando grandes benefícios à sociedade em geral. Sem dúvida, a classe empresarial é grande promotora de desenvolvimento social e econômico, então não se pode negar que a Federaminas tem papel primordial para que esse desenvolvimento seja real e concreto.

Afinal, o poder público tem que enxergar, na diversidade de ideias que existe nas entidades privadas, um elemento fundamental para a promoção do crescimento econômico e social de nossa sociedade, em especial, de Minas Gerais. É isto o que a Federaminas prega: a essência do associativismo, isto é, a capacidade de reunir diferentes pessoas com ideias diferentes e disso tirar uma grande ideia construída por todos. Essa é a essência do associativismo, uma das coisas que falta na humanidade atualmente, e daí as dificuldades enfrentadas. De fato, com certeza, podemos dizer que, nesse quesito, a Federaminas faz a diferença.

O associativismo é de extrema importância para as empresas, por dois motivos: representação política em questão de interesse coletivo e oferta de serviços de qualidade e acessíveis a todos os empresários. As oportunidades trazidas pelo associativismo beneficiam empresas, empresários e funcionários. A união com outras empresas incentiva a troca de ideias e conseqüentemente ajuda na busca por maneiras criativas de superar as crises. Além da construção de uma rede de relacionamentos fortalecida, o associativismo pode colaborar diretamente para amenizar os efeitos dessa crise econômica que assola o nosso estado e o nosso país.

Quero aqui destacar também o papel das mulheres no movimento empresarial, principalmente por meio da Federaminas Mulher, que estimula a participação do segmento feminino no âmbito das associações comerciais. Dezenas de entidades do sistema Federaminas contam com conselhos de mulheres que congregam empreendedoras com atuação em diversos setores da sociedade. Portanto, quero aqui, de forma especial, por meio da Tânia, da Yêda, que é a presidente da Federaminas Mulher, ressaltar a contribuição que vocês oferecem aos trabalhos das entidades. É primordial. Muitas vezes isso ocasiona a elevação de mulheres a cargos diretivos, a exemplo dessas várias mulheres que se fazem presentes hoje e que estão à frente das associações comerciais. Tanto isso é a realidade que hoje dezenas de federadas são presididas por mulheres com excelente desempenho no cargo. Portanto, às mulheres empreendedoras da Federaminas de Minas e do Brasil, o nosso respeito, a nossa admiração e a nossa torcida para que vocês continuem firmemente nos ajudando a conduzir os destinos do nosso estado e do nosso país.

Emílio Parolini, nosso presidente da federação em Minas Gerais, desde 2014, que belo e diferenciado trabalho! Você tem feito também desta oportunidade uma missão, representando muito bem a sua classe, a nossa cidade e o nosso estado - um orgulho para nós araxaenses e mineiros. Um empresário vitorioso, um homem íntegro, que afirmo que fez e faz a diferença. A você, o nosso reconhecimento, e também o nosso reconhecimento a toda a representação dessa associação empresarial pelos caminhos que percorreram e que haverão de percorrer por nossas Minas Gerais.

Portanto, muito obrigado e parabéns, Federaminas. Viva a Federaminas! Viva Minas Gerais!

Entrega de Placa

O locutor – Neste instante, o deputado Antonio Carlos Arantes, representando o presidente da Assembleia, deputado Agostinho Patrus, e o deputado Bosco farão entrega de placa alusiva a esta homenagem ao Sr. Emílio César Ribeiro Parolini. A placa a ser entregue contém os seguintes dizeres: (– Lê:) “Em 1954, um grupo de dirigentes de associações comerciais de municípios do Estado teve a visionária ideia de criar uma instituição que aglutinasse todo o setor, para unir e fortalecer o empresariado de Minas. Formou-se assim o embrião do que é hoje a Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado de Minas Gerais – Federaminas -, entidade cuja atuação tem sido fundamental para promover o empreendedorismo e gerar empregos em solo mineiro. Por sua histórica contribuição para o desenvolvimento socioeconômico estadual, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais confere justa homenagem à Federaminas, na ocasião do aniversário de 65 anos de sua fundação.”.

– Procede-se à entrega da placa.

Palavras do Sr. Emílio César Ribeiro Parolini

Senhoras e senhores, amigos, presidentes de associações comerciais, boa noite! É uma honra estar com vocês nesta noite de celebração. Noite em que temos 65 anos de motivos para celebrar as incontáveis conquistas de uma jovem senhora entidade, a nossa querida Federaminas.

Gostaria de cumprimentar o deputado Antonio Carlos Arantes, meu amigo, vice-presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, defensor da nossa classe, que intensivamente trabalha para defender o setor empresarial. Ao meu amigo, deputado Bosco, agradeço imensamente, em nome de toda Federaminas, pela homenagem aqui recebida. Ao Marcos, vice-presidente da ACMinas, obrigado pela presença; à Tânia, presidente da Câmara Nacional da Mulher Empreendedora, aqui muito bem representada, aqui, colocando Minas no cenário nacional; ao companheiro Bruno Falci, presidente da Junta Comercial; à Ana Cláudia, presidente da Associação Comercial de Borda da Mata, recém-empossada - parabéns, seja bem-vinda ao nosso sistema; ao Cel. Charles, da Polícia Militar; ao Marcelo, presidente da CDL, companheiro de luta; e ao Bruno, parceiro na defesa das causas empresariais. Um agradecimento especial, mais uma vez, à Ana Cláudia, presidente da Associação Comercial de Borda da Mata, na pessoa de quem cumprimento todos os integrantes do sistema Federaminas e demais autoridades e lideranças aqui presentes.

Há 65 anos, o nosso sistema dava os primeiros passos. Em 1954, um grupo de empresários, presidentes de seis associações comerciais – Belo Horizonte, Uberaba, Montes Claros, Uberlândia, Araguari e Ituiutaba – teve a ideia visionária de criar uma entidade de classe que aglutinasse os interesses de todo o setor, objetivando unir e fortalecer a política do nosso estado. Assim, em 20/3/1954, durante a V Reunião Regional de Classes Produtoras Mineiras, realizada em Uberaba, foi fundada a Federação das Associações Comerciais do Estado de Minas Gerais – a Facemg –, mais tarde Federação das Associações Comerciais, Industriais, Agropecuárias e de Serviços do Estado de Minas Gerais – Federaminas.

Desde então, a Federaminas vem deixando traços históricos no associativismo mineiro, lançando e apoiando movimentos fundamentais para o desenvolvimento socioeconômico de Minas Gerais, como a implementação da Refinaria Gabriel Passos, da Usiminas, da Acesita, da Açominas, da Fiat Automóveis e de tantos outros empreendimentos industriais, que contribuíram significativamente para gerar expressivo volume de emprego e renda, gerando impostos ao nosso estado, tornando, assim, a economia mineira uma das três principais formadoras do produto interno bruto nacional. Somos a maior economia do Estado, representados pelas micro e pequenas empresas e pelos empreendedores individuais – aproximadamente 510 mil empresas –, universo responsável por cerca de 75% do PIB mineiro, terceira maior economia.

Atualmente, o sistema Federaminas congrega cerca de trezentas associações comerciais em todas as regiões mineiras. Neste ano em que celebramos 65 anos de atuação associativista, somos levados a uma profunda reflexão acerca da prática do associativismo e como ela pode colaborar com o desenvolvimento econômico do Estado. A Federaminas é uma entidade com ampla representatividade e atua em quatro eixos fundamentais para a sustentabilidade de um município: comércio, indústria, serviço e agronegócio. Em 65 anos de trabalho, muitas ações foram desenvolvidas e inúmeras conquistas alcançadas.

Gostaria de compartilhar com os senhores um pouquinho da nossa atuação, a começar pela Câmara da Mulher Empreendedora, movimento que desenvolve todo o potencial feminino, valorizando a atuação da mulher no cenário econômico e dando, cada vez mais, visibilidade a mulheres empreendedoras. A Federaminas Mulher está presente em mais de trinta municípios mineiros por meio da Câmara da Mulher Empreendedora. Temos muito orgulho em ter a representatividade também no cenário nacional, tendo uma mineira presidindo a Câmara Nacional da Mulher Empresária através da nossa confederação CACB.

Falar do sistema Federaminas também é falar da preocupação com o controle social dos gastos públicos, que, em sua totalidade, impacta o orçamento das MPEs. A ausência do controle social dos gastos públicos gera e oportuniza a corrupção, uma prática, infelizmente, cada vez mais comum em nosso país. Nossa colaboração com o Estado de Minas Gerais foi a implementação da

unidade administrativa do observatório social do Brasil, legítimo representante da sociedade civil. Com o apoio das ACEs e demais entidades, o nosso objetivo é observar a movimentação da gestão pública a fim de concentrar os investimentos nos municípios e combater a corrupção por meio do controle social.

Conectar todas as demandas dos empresários, em mais de trezentos municípios, exige programas e projetos que forneçam ferramentas eficazes e retorno efetivo para os empresários. Com esse objetivo, trabalhamos dois importantes projetos: o Empreender, com a metodologia de núcleos setoriais, presente em mais de 30 municípios mineiros, totalizando mais de 1.800 empresas conectadas em 147 núcleos setoriais. Aqui, uma atenção especial ao segundo projeto, o Pró-Município, programa que desenvolve a governança corporativa nos municípios, conectando os Poderes Legislativo e Executivo e a sociedade civil, orquestrados pelas associações comerciais, e que tem como objetivo projetar o município economicamente sustentável pelos próximos 5, 10, 15, 20 anos.

Não podemos deixar de citar as constantes ações desenvolvidas em função da excessiva carga tributária, principal gargalo do desenvolvimento das nossas empresas. Nesse sentido, desenvolvemos a cartilha *Tributarismo em Foco*, com caravanas nas principais cidades mineiras, conscientizando e liderando o diálogo acerca do assunto em Minas Gerais. Atualmente, compomos o Conselho Estadual dos Assuntos Tributários, com a finalidade de dar sequência a questões ligadas à parte de tributação.

Outro marco importante da nossa história foi a implantação da TV Federaminas, canal direto com as nossas federadas e seus associados, com a transmissão de capacitações, reuniões, entrevistas e conteúdos diretamente ligados ao nosso sistema. Como estamos em constante evolução e as tecnologias e a mudança no comportamento são vitais para a sustentabilidade de qualquer modelo de negócio, a Federaminas não poderia ficar de fora. Estamos lançando uma nova modalidade na forma de praticar o associativismo. Está saindo do forno o Associativismo 4.0, conceito que atualiza as nossas ferramentas e diversifica o jeito associativista de estar conectado com todas as tecnologias e se adequando ao comportamento do consumidor moderno.

Ao perceber a importância da nossa atuação e o quanto podemos colaborar com o desenvolvimento local, somos tomados por uma enorme motivação para mudar efetivamente a história da nossa Minas Gerais, unindo forças com a classe empresarial, a indústria, o comércio, o agronegócio e a prestação de serviços, juntamente com a administração pública e também a sociedade, para que, juntos, possamos colaborar efetivamente com o desenvolvimento do nosso estado. Temos orgulho de ser voluntários desse sistema, que trabalha com o único objetivo de melhorar a vida dos mineiros, especialmente dos grandes heróis desta nação, os nossos empresários, que são os maiores responsáveis por gerar emprego e renda e que suportam, hoje, a maior carga tributária do país.

Essa percepção nos leva ao trabalho desenvolvido pela Federaminas ao longo desses anos. Não seria possível viajar em nossa história sem lembrar o legado deixado por cada um dos presidentes que ali passaram. Lembramos, com muita reverência, aqueles que me precederam, os Srs. Paulo Gontijo, Eduardo Simões, Gerson Dias, Miguel Souza, Euler Marques, Avelino Menezes, Adolfo Neves, José Romualdo Bahia, Nilo Gazire, Hiram Corrêa, Francisco Guilherme Gonçalves e Francisco Américo, que não estão mais aqui conosco, mas eternizaram sua memória no sistema.

Aos nobres colegas presidentes, Srs. Lúcio Bemquerer, Arthur Lopes Filho e Wander Luís Silva, o nosso reconhecimento juntamente com toda a diretoria, de suas consecutivas gestões, que deixaram grande contribuição na construção da nossa querida Federaminas.

Portanto, meus amigos, permitam-me tecer aqui os meus agradecimentos mais que especiais. Ao meu amigo, deputado Bosco, agradeço especialmente pela referência ao nosso sistema, oferecendo essa belíssima homenagem pelos 65 anos da Federaminas, o que, por certo, entrará para a nossa história e a do nosso movimento associativista mineiro. Aos funcionários, colaboradores da Federaminas e aos que por ela passaram o meu respeito e gratidão. E às nossas associações comerciais, na pessoa de seus presidentes, diretores-executivos, que sonham, acreditam e tornam possível a construção de uma história irretocável, minha admiração e gratidão.

Para finalizar, seguimos firmes, adiante, como bons mineiros que somos, valorizando o nosso passado, agindo no presente e pensando no futuro. Agradeço a Deus o privilégio de fazer parte da construção desse sistema, pedindo a ele que continue conosco,

abençoando os nossos projetos, as nossas famílias e nos mantendo, sempre, no caminho do bem. (- Lê:) “Provem, e vejam como o Senhor é bom. Como é feliz o homem que nele se refugia!” (Salmo 34:8). A todos vocês, meu muito obrigado, e que Deus abençoe a cada um.

Palavras do Presidente

Queria cumprimentar o Exmo. Sr. deputado, amigo e grande companheiro Bosco, que chegou a esta Casa e está indo já para seu terceiro mandato, com belíssimos trabalhos e serviços prestados ao Estado de Minas Gerais, tão bem representando Araxá e a região; também esse araxaense – Araxá está por cima, tem o governador, tem o presidente da Federaminas, grande líder também, meu amigo pessoal, presidente da Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado de Minas Gerais – Federaminas –, Emílio César Ribeiro Parolini; o vice-presidente da Associação Comercial e Empresarial de Minas Gerais, também meu grande amigo da ACMinas, Marcos Brafman, que representa também a Câmara Regional Minas Gerais – Israel, que faz um importante trabalho; a minha amiga – e tenho muito orgulho de falar que é minha amiga querida –, de minha região, Juruiaia, cidade pequena, mas de muita grandeza, capital mineira da *lingerie* – e faz coisa bem-feita, entramos nas lojas e parece que estamos em Paris –, Tânia Mara Rezende, esposa do meu grande amigo Rodrigo, representando aqui a Confederação das Associações Comerciais do Brasil, que também faz um belíssimo trabalho valorizando a mulher; o presidente da Junta Comercial do Estado de Minas Gerais – Jucemg –, meu grande amigo e líder Bruno Selmi dei Falci; Ana Cláudia Mira Machado, presidente da Associação Comercial e Industrial de Borda da Mata, representando aqui também as Associações Comerciais do Estado de Minas Gerais; o Cel. Charles Baracho, representando o comandante-geral da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, Cel. Giovanne Gomes da Silva; o presidente da Câmara de Dirigentes Logistas de Belo Horizonte, CDL-BH, meu grande amigo Marcelo de Souza e Silva; o deputado Bruno Engler – prestem atenção a este menino de 21 anos, que tem muito futuro, parece que já é velho de casa, mas chegou faz só dois meses; todas as autoridades presentes; senhoras e senhores. É uma grande alegria estar aqui com vocês representando o nosso presidente da Assembleia Agostinho Patrus. Queria registrar que mandou um abraço e uma mensagem escrita o nosso senador Antonio Anastasia, cumprimentando a Federaminas.

A Assembleia Legislativa de Minas Gerais participa, com grande satisfação, desta solenidade de aniversário da Federaminas, entidade parceira em nossa permanente luta pelo desenvolvimento econômico e social do Estado e pela melhoria das condições de vida de nossos cidadãos.

Há 65 anos, a entidade vem cuidando, com responsabilidade e eficiência, dos interesses de uma classe que congrega empresas, sobretudo de micro, pequeno e médio portes. Mais uma vez, enfrentamos uma situação de crise, quando os mais pessimistas ainda temem abalos nos setores comercial e de serviços. No entanto, já divisamos, embora de forma ainda tímida, uma retomada do crescimento.

O empresário mineiro, amparado pelo associativismo e o cooperativismo da Federaminas e já habituado a encontrar desafios, continua demonstrando seus habituais entusiasmos e dinamismo. São os momentos adversos que trazem novas soluções e novos resultados. Os que não desistem nem fogem enfrentam com coragem as dificuldades e são capazes de conquistar novos mercados e novos clientes.

Já na segunda gestão à frente da Federação das Associações Comerciais e Empresarias do Estado de Minas Gerais, o executivo Emílio César Ribeiro Parolini tem se mostrado uma das mais importantes lideranças do Estado, atuando com transparência, profissionalismo, descentralização e responsabilidade social.

É importante assinalar a forte presença das mulheres no setor, parceiras cada vez mais importantes nos últimos tempos. O segmento feminino se faz presente pela Câmara Estadual da Mulher Empreendedora, iniciativa decorrente da criação da Federaminas Mulher.

A entidade, por outro lado, permanece capacitando e atualizando seus milhares de associados em mais de trezentas organizações federadas por toda Minas Gerais. Foi ela a primeira do País a manifestar seu apoio à campanha Unidos contra a Corrupção, iniciativa da Transparência Internacional para combater esse grave problema que afeta o Brasil.

A Corrente do Bem, formada dentro do sistema, visa ao aperfeiçoamento da sociedade e da cidadania, com a participação de todos na correção dos rumos do país.

Outra bandeira importante, voltada para a integração dos esforços de entidades empresariais, poder público e sociedade civil, é o Pró-Município, já executado em 27 cidades mineiras, permitindo um diagnóstico de prioridades e demandas das nossas comunidades.

Para que essa busca de novos caminhos na garantia da integração e do crescimento de Minas Gerais prossiga, a Assembleia Legislativa permanece aberta à permanente colaboração que mantém com a Federaminas. É desejo de todo o Estado, tanto nos setores produtivos quanto nos políticos, a união dos mineiros pela defesa de nossos interesses e de nossa posição nos cenários nacional e mundial. Afetados também por graves problemas ambientais, os mineiros precisam de alternativas para o futuro, levando em conta a geração de novos e seguros postos de trabalho. A Assembleia mineira reconhece, portanto, os grandes esforços do setor desde o longínquo ano de 1954 e vem mais uma vez se colocar à disposição para novas e decisivas parcerias.

Complementando o discurso, presidente, eu queria dizer a você e a todos que estão aqui participando que uma das coisas que mais me entristece é passar na frente de um comércio e ver que a porta fechou. Moro a 400m ou um pouco mais daqui da Assembleia e gosto de vir a pé. Da praça até a minha casa, há 14 pontos comerciais, e, nos últimos quatro anos, 8 fecharam. E aí, Ivan, do *Diário do Comércio*, jornal que, ao lermos de manhã, torna o nosso dia melhor, porque vemos muitas coisas otimistas, fico feliz porque, elas já reabriram: uma delas, com as mesmas pessoas e de uma forma bem mais profissional; e as outras, com outros empresários, mas bastante movimentadas. Isso nos mostra que o Brasil – mesmo ainda com instabilidade política, mas muito melhor que antes – está vivendo um momento de esperança.

Caroline, você fala da empresa 4.0, e o *Diário do Comércio* diz: “Fiemg Lab 4.0 recebeu mais de 500 inscrições”. Um sucesso! Isso nos mostra que o povo está acreditando, que o Brasil está melhorando. “Quatorze cidades recebem títulos de projeto inovador” – o povo está aperfeiçoando, inovando. “Estudantes de Leopoldina criam ferramenta para identificar *fake news*” – isso é tecnologia, muito importante. “Plataforma simplifica a declaração” – isso é muito importante também. “Governança é mais presente na terceira geração.” São notícias positivas. “Inovação reduz os efeitos da mudança climática.” “Funed trabalha na garantia do acesso a água potável.”

Então, temos que acreditar em um Brasil melhor; temos que acreditar que o empresário vai viver dias melhores – esse empresário sacrificado pela alta carga tributária do Brasil e de Minas, que, inclusive, está praticando bitributação: a pessoa adquire um produto em São Paulo, é tributada e, quando chega aqui, é tributada novamente, antes até de vender o produto. O governador Zema é um empresário e sabe o que isso representa; sabe que o Estado hoje – não é, Bosco? – está em uma situação financeira horrível. Então, espero que, em algum momento, ele possa ter uma força maior para trabalhar uma tributação mais justa para o nosso empresário.

E que Deus proteja a Federaminas! Se não fosse ela, se não fossem as nossas associações comerciais, quantos empresários já não teriam fechado suas portas? Muitas vezes, ele está com a opinião de fechar, mas vai à associação comercial, conversa com a liderança, e seu ânimo volta, pois ela o estimula. Esse é o principal papel de uma associação: fazer com que as pessoas acreditem. É confiança, união. Costumo falar que o associativismo é um instrumento abençoado por Deus, nesse mundo globalizado em que, a cada dia, os pequenos são extintos, em que a pequena empresa tem que ser uma máquina, produzindo e vendendo mais e ganhando menos, muitas vezes, até pagando para trabalhar, produzir. Por meio do associativismo, o pequeno se torna grande; amparado, ele pode sobreviver e, se Deus quiser, passar por esse maremoto, por essa crise tão séria que assolou e assola o País – agora, de forma um pouco menor.

Que nós não demos um passo atrás! É hora de fazer a reforma, sim, e isso vai sacrificar muita gente, mas será para o bem do Brasil. É importante a liderança da Federaminas junto aos deputados, tanto em nível nacional quanto estadual, para que reformas reais, que façam a diferença após aprovadas, possam transformar para o bem e fazer com que nossas pequenas, médias e grandes empresas, com que esses empreendedores que acreditam no Brasil sejam reconhecidos, ganhem dinheiro e gerem emprego e felicidade para o povo mineiro. Muito obrigado.

Apresentação Musical

O locutor – Convidamos os presentes a apreciar mais uma apresentação do Coral Lírico de Minas Gerais, que apresentará as seguintes músicas: *Ponteio*, de Edu Lobo e Capinam, e *Medley*, de Milton Nascimento. Desde já, em nome do deputado Antonio Carlos Arantes e do deputado Bosco, aproveitamos o momento para agradecer ao Coral Lírico de Minas Gerais a participação nesta solenidade. Muito obrigado.

– Procede-se à apresentação musical.

Encerramento

O presidente – A presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de terça-feira, dia 2 de abril, às 14 horas, com a ordem do dia já anunciada. Levanta-se a reunião.

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 20/3/2019

Às 16h15min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Bosco, Professor Wendel Mesquita, Marquinho Lemos e Mauro Tramonte, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, a deputada Ana Paula Siqueira e os deputados Antonio Carlos Arantes, Dalmo Ribeiro Silva, João Vítor Xavier, João Magalhães, Professor Cleiton e Gustavo Mitre. Havendo número regimental, o presidente, deputado Bosco, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, a debater os riscos de dano ao conjunto arquitetônico e paisagístico do Santuário Basílica Nossa Senhora da Piedade com a retomada da mineração na Serra da Piedade. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 224 e 227/2019. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 661/2019, do deputado Betão, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Bloco Parangolé Valvulado pelo 12º ano de desfiles no Carnaval de Juiz de Fora;

nº 675/2019, do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja realizada audiência pública para debater a relevância da cultura da cerveja artesanal para o Estado;

nº 678/2019, da deputada Ione Pinheiro, em que requer seja realizada audiência pública para apresentar o projeto de implantação de trem turístico que ligaria o Museu de Artes e Ofícios, na Praça da Estação, em Belo Horizonte, a Inhotim, em Brumadinho, e debater as mudanças decorrentes da implantação desse projeto;

nº 743/2019, do deputado Bosco, em que requer seja realizada audiência de convidados para debater o Dia Nacional do Circo, comemorado no dia 27 de março;

nº 761/2019, do deputado Bosco, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Cultura pedido providências para que, em articulação com a Secretaria de Estado de Educação, sejam envidados esforços para a consolidação do conteúdo do Plano Estadual do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas, resultado do evento institucional Semeando Letras, realizado em 2017 por esta Casa e as referidas secretarias de estado, com ampla participação e envolvimento da sociedade civil, a fim de que o referido evento possa ter os devidos desdobramentos;

nº 762/2019, do deputado Bosco, em que requer seja realizada visita ao Distrito de Glaura, no Município de Ouro Preto, com vistas a acompanhar as obras de drenagem do subsolo e de restauração da Igreja Matriz de Santo Antônio; e

nº 763/2019, do deputado Bosco, em que requer seja realizada audiência de convidados para debater a importância do Coral Lírico de Minas Gerais, por ocasião dos 40 anos de sua fundação.

Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Anelisa Cardoso Ribeiro, promotora de justiça do Grupo Especial de Defesa da Fauna do Ministério Público de Minas Gerais – Gedef; Celia Maria Corsino, Superintendente do Iphan em Minas Gerais; Michele Abreu Arroyo, presidente do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – Iepha-MG; Maria Teresa Viana de Freitas Corujo, membro da Coordenação do Movimento pelas Serras e Águas de Minas – MovSAM; Andreia Saraiva, secretária municipal de Meio Ambiente de Sabará, representando o prefeito de Sabará; e os Srs. Hidelbrando Canabrava Rodrigues Neto, subsecretário de Regularização Ambiental da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Supram; e Miguel Ângelo Monteiro Andrade, subsecretário de Juventude da Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania; Dom Otacílio Ferreira de Lacerda, arcebispo auxiliar; Dom Geovane Luis da Silva, arcebispo auxiliar; Pe. Fernando César do Nascimento, reitor do Santuário Nossa Senhora da Piedade; e os Srs. Salim Salema Pimenta, vice-prefeito de Pedro Leopoldo; Fúlvio Brandão, secretário de Turismo, Cultura e Patrimônio e Esporte e Lazer de Caeté, representando o prefeito de Caeté; Hélio da Farmácia, vereador da Câmara Municipal de Belo Horizonte – CMBH; Hellison Lopes do Nascimento, vereador da Câmara Municipal de Sabará – CMS; Fernando José da Silva, vereador da Câmara Municipal de Caeté; Lucas Marques Trindade, promotor de justiça em Januária; Marcelo Pugedo, superintendente da AVG Mineração; e Bernardo Santana de Vasconcellos, procurador da AVG. A presidência concede a palavra ao deputado Professor Wendel Mesquita, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 27 de março de 2019.

Bosco, presidente – Marquinho Lemos.

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA BARRAGEM DE BRUMADINHO, NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 21/3/2019

Às 9h42min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Beatriz Cerqueira e os deputados Gustavo Valadares, Sargento Rodrigues, André Quintão, Cássio Soares, Inácio Franco, Noraldino Júnior e Bartô, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Gustavo Valadares, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. Em seguida, determina a anexação das notas taquigráficas da reunião anterior aos documentos da comissão. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência de convidados, apresentar a proposta de trabalho da comissão à força-tarefa responsável pela investigação do rompimento da barragem do Córrego do Feijão, em Brumadinho, em 25 de janeiro de 2019. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência de convidados. A presidência convida a tomar assento à mesa o Ten.-Cel. BM Eduardo Angelo Gomes da Silva, comandante do Batalhão de Emergências

Ambientais e Resposta a Desastres do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG, representando o comandante-geral dessa corporação; Maj. PM Marcos Afonso Pereira, superintendente de Gestão de Risco de Desastre da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil, representando o coordenador adjunto da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil – Cedec; Srs. Arlen Bahia da Silva, delegado assistente da Chefia da Polícia Civil de Minas Gerais, representando o chefe dessa corporação; Ten.Cel. PM Jose Luiz Reis Junior, chefe da Assessoria de Relações Institucionais, representando o comandante-geral do Polícia Militar; Helder Magno da Silva, procurador regional dos Direitos do Cidadão da Procuradoria da República no Estado, representando procurador coordenador da força-tarefa do Ministério Público Federal; Antonio Lopes de Carvalho Filho, defensor público coordenador do Núcleo Estratégico da Defensoria Pública de Proteção Vulneráveis em Situação de Crise da Defensoria Pública de Minas Gerais – DPMG –, representando a Sra. Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias, chefe de gabinete da Defensoria Pública de Minas Gerais – DPMG. A presidência concede a palavra aos deputados presentes, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Registram-se as presenças da deputada Rosângela Reis e do deputado João Magalhães. Retira-se o deputado Noraldino Júnior. Passa-se à 2ª Fase da 3ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento e a votação de requerimentos da comissão. São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 796/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados André Quintão, Sargento Rodrigues, Inácio Franco, Gustavo Valadares e Cássio Soares, em que requerem seja requisitada ao secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável cópia de todos os termos de ajustamento de conduta – TACs – eventualmente firmados com a Vale, referentes à Mina do Córrego do Feijão, bem como todas as recomendações, caso haja, encaminhadas à Vale relativas ao mesmo empreendimento;

nº 798/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Gustavo Valadares, André Quintão, Sargento Rodrigues, Inácio Franco e Bartô, em que requerem sejam requisitadas ao comandante do Corpo de Bombeiro de Minas Gerais informações sobre o número de militares empenhados nas buscas e salvamento das vítimas do rompimento da barragem da Mina do Córrego do Feijão, em Brumadinho, ocorrido em 25 de janeiro de 2019, que apresentaram alterações nos seus exames de saúde em decorrência da exposição prolongada a metais pesados presentes na lama que se deslocou em razão do referido rompimento;

nº 801/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Inácio Franco, Sargento Rodrigues, Gustavo Valadares, Cássio Soares e Bartô, em que requerem sejam requisitadas ao Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM – informações referentes à qualidade da água que abastece o Município de Brumadinho e região, notadamente quanto à presença de metais ou substâncias nocivas à saúde humana e animal;

nº 802/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e dos do deputado Cássio Soares, do deputado Inácio Franco, do deputado André Quintão, do deputado Gustavo Valadares, do deputado Sargento Rodrigues e do deputado Bartô, em que requerem sejam convocados a comparecer em reunião dessa Comissão todos os integrantes da câmara técnica do Conselho Estadual de Política Ambiental – Copam – responsáveis pela análise dos pedidos de licenciamento ambiental apresentados pela Vale, cujos depoimentos e informações subsidiarão os trabalhos dessa CPI;

nº 803/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Cássio Soares, André Quintão, Sargento Rodrigues, Inácio Franco e Gustavo Valadares, em que requerem seja requisitada ao presidente da Vale cópia dos relatórios dos painéis de especialistas em gerenciamento de segurança e riscos de estruturas geotécnicas, promovidas pela empresa, nos quais foi discutida a segurança da Barragem B1 da Mina Córrego do Feijão, de propriedade da empresa;

nº 804/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados André Quintão, Inácio Franco, Gustavo Valadares, Sargento Rodrigues e Bartô, em que requerem seja o prefeito de Pará de Minas convidado para participar de audiência pública da comissão, da qual participarão os demais prefeitos dos municípios integrantes de Bacia Hidrográfica do Rio Paraopeba;

nº 816/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Gustavo Valadares, André Quintão, Inácio Franco e Bartô, em que requerem sejam requisitadas ao comandante do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG – cópias dos laudos apresentados pela Vale sobre a composição do material presente na lama movimentada em razão do rompimento da barragem e os laudos expedidos pelo CBMMG sobre o mesmo material;

nº 822/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Sargento Rodrigues, Gustavo Valadares, Inácio Franco, André Quintão e Cássio Soares, em que requerem seja requisitada ao comandante do Corpo de Bombeiros Militar a submissão a exames médicos periódicos dos bombeiros militares empenhados diretamente nas buscas e salvamento das vítimas do rompimento da barragem da Mina do Córrego do Feijão, ocorrido em 25 de janeiro de 2019, a adoção de medidas que visem a garantir a higidez da saúde dos referidos militares, em especial porque têm mantido contato diário com dejetos contaminados por metais pesados presentes na lama movimentada e a geração de atestados de origem em favor dos citados militares, a fim de assegurar os efeitos legais para suas respectivas carreiras e lhes prover o devido amparo legal;

nº 823/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Noraldino Júnior, Gustavo Valadares, Cássio Soares, Bartô e André Quintão, em que requerem seja convocado para reunião da comissão o agente da Polícia Rodoviária Federal que executou, no dia 28/1/2019, com três tiros de fuzil, três bovinos que estavam atolados na lama, bem como seja a Superintendência da Polícia Rodoviária Federal em Minas Gerais notificada dessa convocação;

nº 824/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Sargento Rodrigues, Cássio Soares, Gustavo Valadares, André Quintão, Inácio Franco, Bartô e Noraldino Júnior, em que requerem sejam requisitadas à Agência Nacional de Mineração cópias dos pareceres ou relatórios de fiscalização, caso existam, elaborados desde 17 de maio de 2017, referentes ao Plano de Segurança de Barragem – PSB e ao Plano de Ação de Emergência de Barragem de Mineração – PAEBM, incluindo todos seus anexos e suas revisões;

nº 825/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Noraldino Júnior, André Quintão, Gustavo Valadares, Cássio Soares e Bartô, em que requerem sejam requisitadas ao superintendente da 4ª Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal – PRF – em Contagem informações em que se esclareça ou se apure a competência legal da PRF para abater animais, fato ocorrido em Brumadinho após o rompimento da barragem da Mina do Córrego do Feijão, em 25 de janeiro de 2019; os precedentes do fato em Minas Gerais ou em outros estados da Federação; os protocolos estabelecidos para esse tipo de situação e as providências tomadas por essa superintendência; os nomes do agente que abateu os animais e de quem o autorizou; a iniciativa do agente em tentar salvar os animais; a composição da equipe de veterinários que, segundo a PRF, faziam a análise e triagem dos animais; a relação dos veterinários presentes no momento do ocorrido; a comprovação, por imagem, da efetiva necessidade de execução dos animais; o número e a espécie dos animais abatidos; a arma utilizada pelo agente, informando-se se tal arma é de uso próprio da PRF; o número de tiros disparados; e o controle da PRF sobre a munição utilizada;

nº 826/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Noraldino Júnior, Gustavo Valadares, André Quintão, Bartô, Sargento Rodrigues e Cássio Soares, em que requerem sejam requisitadas ao chefe do Gabinete Militar do governador do Estado informações em que se esclareça ou se apure a autorização desse gabinete ou solicitação à Polícia Rodoviária Federal – PRF – para o abate dos animais atingidos pelo rompimento da barragem de Brumadinho; o critério técnico-legal utilizado para sustentar a real e efetiva necessidade de abate, em vez de resgate, dos animais pela PRF; a consulta da PRF à Defesa Civil sobre a legalidade, a razoabilidade e a plausibilidade da execução dos animais, especificando-se por que meio se deu essa consulta; o questionamento, pela Defesa Civil, da legalidade e da razoabilidade do procedimento de abate dos animais, principalmente tendo em vista a diretriz normativa do Conselho Regional de Medicina Veterinária que determina que os animais só poderiam ser sacrificados por meio da aplicação de injeção letal por médico veterinário; a disponibilização, pela Vale, de todos os meios necessários ao pronto e adequado

resgate dos animais; e a tentativa de acessar a Defesa Civil para que esta avaliasse a possibilidade de salvar o animal ou a necessidade de sacrificá-lo;

nº 827/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Sargento Rodrigues, Cássio Soares, Inácio Franco, André Quintão e Gustavo Valadares, em que requerem sejam requisitadas à Vale cópias dos seguintes documentos, exigíveis pela Portaria DNPM 70389, de 2017: plano de segurança de barragem – PSB –, incluindo todos os anexos e revisões, desde 17 de maio de 2017; e do plano de ação de emergência de barragem de mineração – PAEBM –, incluindo todos os anexos e revisões, desde 17 de maio de 2017, bem como a relação de autoridades públicas que receberam a sua cópia, devendo os respectivos protocolos de recebimento ser inseridos no PAEBM, e a comprovação de melhorias e complementações incorporadas ao PAEBM advindas dos treinamentos e simulados, desde 17 de maio de 2017 até a data da ruptura da barragem;

nº 828/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Noraldino Júnior, Cássio Soares, Sargento Rodrigues, Bartô, André Quintão, Inácio Franco e Gustavo Valadares, em que requerem seja requisitada ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais cópia integral dos autos da ação proposta pelo deputado Noraldino Junior, na qual a juíza de Direito da Comarca de Brumadinho exarou decisão obrigando a Vale a disponibilizar todos os meios e instrumentos necessários ao adequado e pronto resgate dos animais vítimas do rompimento da barragem do Córrego do Feijão;

nº 829/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Noraldino Júnior, André Quintão, Cássio Soares, Sargento Rodrigues, Gustavo Valadares e Bartô, em que requerem sejam requisitadas ao comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais informações sobre se o comando dessa instituição autorizou ou solicitou à Polícia Rodoviária Federal – PRF – que executasse os animais atingidos pelo rompimento da barragem de Brumadinho; se o comando da instituição se valeu de algum critério técnico-legal que atestasse a real e efetiva necessidade de abatê-los em vez de se tentar resgatá-los; se a PRF, em algum momento, consultou o Corpo de Bombeiros sobre a legalidade, a razoabilidade ou a plausibilidade da execução dos animais e por qual meio se deu essa consulta; se alguém da instituição questionou a legalidade do procedimento de abate, principalmente tendo em conta a diretriz normativa do Conselho Regional de Medicina Veterinária de que, configurada a impossibilidade de salvar esses animais, esses somente poderiam ser sacrificados por meio da aplicação de injeção letal por médico veterinário; se, nas circunstâncias concretas de cada animal, a execução seria realmente uma medida razoável, principalmente em se considerando que havia expressa ordem judicial determinando que a Vale disponibilizasse todos os equipamentos e todos os meios necessários ao adequado resgate dos animais atingidos pelo rompimento da barragem; se, em algum momento, o Corpo de Bombeiros foi chamado para avaliar se era ou não possível chegar até o animal para tentar salvá-lo, e não abatê-lo; e de quem partiu a decisão para que os animais fossem executados dessa forma.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 25 de março de 2019.

Gustavo Valadares, presidente – André Quintão – Noraldino Júnior – Cássio Soares – Inácio Franco.

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 21/3/2019

Às 9h43min, comparecem na Sala das Comissões as deputadas Marília Campos, Andréia de Jesus, Delegada Sheila e Leninha, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Marília Campos, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência de convidados, a debater e avaliar o evento Sempre Vivas – Mulheres em Luta contra a Violência, realizado no dia 8/3/2019, em Belo Horizonte, em comemoração do Dia

Internacional da Mulher. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 654/2019, da deputada Delegada Sheila, em que requer seja encaminhado ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais – TJMG – e ao governador do Estado pedido de providências para implantar o Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, com a função de julgar e executar os casos decorrentes de violência doméstica em Juiz de Fora;

nº 696/2019, da deputada Delegada Sheila, em que requer seja encaminhado à Prefeitura de Juiz de Fora pedido de informações sobre a capacitação e o treinamento dos trabalhadores do transporte público coletivo de passageiros do município para lidar com situações de assédio nos ônibus, tendo em vista a previsão do art. 6º da Lei Municipal nº 13.787, de 2018, de sua autoria;

nº 722/2019, das deputadas Marília Campos e Leninha, em que requerem seja encaminhado à Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para a reativação da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher no Município de Passos, com a designação de uma delegada de polícia para a unidade e a disponibilização dos recursos humanos e de infraestrutura necessários ao seu funcionamento, considerando-se a demanda dos 17 municípios abrangidos pela região, conforme solicitação apresentada durante audiência pública realizada em 14/3/2019;

nº 723/2019, das deputadas Leninha, Marília Campos e Delegada Sheila, em que requerem seja encaminhado ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais – TJMG – pedido de providências com vistas a analisar a viabilidade de instalação, em caráter prioritário, de varas especializadas em violência doméstica e familiar contra a mulher nos Municípios de Montes Claros, Juiz de Fora e Contagem, considerando-se a demanda verificada nas localidades, bem como a necessidade de maior agilidade e especialidade no processamento das medidas e ações inerentes à Lei Maria da Penha nas respectivas regiões;

nº 726/2019, da deputada Marília Campos, em que requer seja realizada audiência pública para debater a correlação entre o aumento do número de feminicídios e a carência de ações estatais para a aplicação das disposições e medidas previstas na Lei Maria da Penha, em especial sob a perspectiva dos movimentos de mulheres com atuação na capital e no interior do Estado;

nº 728/2019, das deputadas Leninha, Marília Campos e da Delegada Sheila, em que requerem seja encaminhado à Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências com vistas a analisar a viabilidade de instalação, em caráter prioritário, de delegacias especializadas de atendimento à mulher, com o serviço de plantão 24 horas, nos Municípios de Montes Claros, Juiz de Fora e Contagem, considerando-se a demanda verificada nessas localidades, bem como a necessidade de ampliação e especialização do atendimento às mulheres em situação de violência nas respectivas regiões;

nº 729/2019, da deputada Marília Campos, em que requer seja realizada visita ao Tribunal de Justiça do Estado para discutir e avaliar, com a participação de representantes da Polícia Civil e de outros órgãos e entidades interessadas, alternativas para o compartilhamento eletrônico de informações dos procedimentos previstos na Lei Maria da Penha – a exemplo dos pedidos e decisões de medidas protetivas de urgência – entre os órgãos de segurança pública e do sistema de justiça, nos moldes do Sistema Eletrônico de Execução Unificado, como forma de possibilitar maior articulação e celeridade na atuação desses órgãos e propiciar, em consequência, o atendimento eficiente às mulheres em situação de violência em todo Estado;

nº 730/2019, da deputada Marília Campos, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Segurança Pública – Sesp – pedido de providências para priorizar, inclusive por meio da destinação de recursos orçamentários específicos, a manutenção, a ampliação e o fortalecimento dos programas de prevenção social à criminalidade no Estado, em particular dos programas Mediação de Conflitos, Fica Vivo!, Central de Alternativas Penais – Ceapa – e de Inclusão de Egressos do Sistema Prisional – PrEsp –, considerando-se a relevância dos trabalhos realizados e os bons resultados alcançados em cada um desses projetos;

nº 731/2019, da deputada Marília Campos, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para melhor estruturar e fortalecer os órgãos e serviços que integram a Rede de Enfrentamento à Violência contra a

Mulher, inclusive no que se refere à disponibilização dos recursos humanos e de infraestrutura necessários ao efetivo atendimento às mulheres em situação de vulnerabilidade social e violência em todas as regiões do Estado; e

nº 734/2019, da deputada Marília Campos, em que requer seja encaminhado à Polícia Civil de Minas Gerais, à Procuradoria-Geral de Justiça do Estado, à Defensoria Pública de Minas Gerais, à Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Minas Gerais e ao Tribunal de Justiça do Estado pedido de providências para divulgarem e indicarem, no âmbito das respectivas instituições e competências, a aplicação das recomendações contidas no Ofício nº 1/2019, da Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, no que concerne à coleta de informações sobre eventual posse de arma de fogo por parte da pessoa agressora nos casos de violência doméstica e familiar, bem como à adoção de medidas para a suspensão da posse ou do porte de arma, conforme previsão contida na Lei Maria da Penha e nos termos da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, anexando-se ao pedido o Ofício nº 1/2019, da Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, entregue à comissão, e as notas taquigráficas da 3ª Reunião Ordinária dessa comissão, realizada em 14/3/2019, que teve por finalidade debater o aumento das ocorrências de feminicídio, a flexibilização do porte de armas e seu risco para a vida das mulheres.

Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência de convidados. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Terezinha Lúcia de Avelar, coordenadora da Rede Estadual de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher; Tabela Fleury, curadora da Exposição Fiocruz Minas; Ermelinda de Fátima Ireno de Melo, superintendente do Consórcio Regional de Promoção da Cidadania Mulheres das Gerais – CRPCMG; Isabel Cristina de Lima Lisboa, secretária de Mulheres do PT; Maria Dirlene Trindade Marques, economista e coordenadora da seção Minas Gerais da Rede Feminista de Saúde; Kate Aparecida Rocha Lacerda, gerente do Centro Especializado de Atendimento à Mulher da Prefeitura de Belo Horizonte; Ana Paula Lamego Balbino, delegada da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher – Deam; Maira Ferreira Bastos Ribeiro, gerente do programa Mediação de Conflitos da Política Estadual de Prevenção Social à Criminalidade; Clotilde Aparecida Nunes Andrade, representante da Comissão de Mulheres e Questões de Gênero do Conselho Regional de Psicologia – CRP, representando Théa Abrahão Oliveira Murta, membro Comissão de Mulheres e Questão de Gênero do Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais da 4ª Região; Vera Lucia Gomes Alves, diretora do Sindicato dos Vigilantes; Laurelle Carvalho de Araujo, defensora pública; Ana Renata Moura Rabelo, referência técnica da Secretaria de Estado de Saúde; Nilma Coelho, membro da Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher; Carla Cristina Oliveira Santos Vidal, delegada-geral do Departamento de Orientação e Proteção à Família da Polícia Civil de Minas Gerais; Maria das Dores Nunes Lopes e Sousa, secretária do Fórum Mineiro de Conselheiros e Ex-Conselheiros Tutelares – FMCT; Viviane Coelho Moreira, diretora municipal de Políticas Para as Mulheres, representando a secretária municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania da prefeitura de Belo Horizonte; Gláucia de Fátima Batista, membro do Conselho Regional de Serviço Social; Bernadete Esperança Monteiro, membro da Coordenação Frente Brasil Popular; Sara Abreu, militante do Movimento pela Soberania Popular na Mineração; e o Sr. Adenilson Rodrigues Rubim. A presidenta, como autora do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Passa-se à 2ª Fase da 3ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento e a votação de requerimentos da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 780/2019, da deputada Marília Campos, em que requer seja realizada visita à Câmara Municipal de Três Marias, cidade natal de Roberta Pacheco, vítima de feminicídio, para acompanhar os desdobramentos do seu caso, conforme denúncia apresentada pelo tio da vítima na 4ª Reunião Ordinária da comissão, realizada no dia 21/3/2019;

nº 781/2019, da deputada Marília Campos, em que requer sejam encaminhados ao Conselho Regional de Medicina os trechos das notas taquigráficas da 4ª Reunião Ordinária da comissão nos quais o Sr. Adenilson Rubim, tio de Roberta Pacheco, nascida em Três Marias, denunciou que sua sobrinha foi vítima de feminicídio cometido pelo namorado, médico oftalmologista, para

as providências cabíveis, ressaltando-se que, segundo o familiar, o médico já era investigado e, no cumprimento ao mandado de busca e apreensão em sua residência e escritório, foram apreendidos diversos medicamentos de origem duvidosa, quantia elevada de dinheiro e aparelhos eletrônicos;

nº 782/2019, da deputada Marília Campos, em que requer sejam encaminhados ao promotor de justiça da Comarca de Patos de Minas e ao delegado de Polícia Civil de Patos de Minas, os trechos das notas taquigráficas da 4ª Reunião Ordinária da comissão nos quais o Sr. Adenilson Rubim, tio de Roberta Pacheco, nascida em Três Marias, denuncia que sua sobrinha foi vítima de feminicídio cometido pelo namorado, ressaltando-se que, segundo ele, ela já vivia em uma relação abusiva, e pedido de providências para a apuração da denúncia;

nº 783/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater a ação da Polícia Militar de Minas Gerais na manhã do dia 14/3/2019, no Município de Sarzedo, durante o ato pacífico das mulheres que denunciavam os crimes da Vale em Brumadinho e reivindicavam justiça em relação ao assassinato da vereadora Marielle Franco; e

nº 787/2019, das deputadas Marília Campos, Andréia de Jesus e Leninha, em que requerem seja realizada audiência pública para debater, com as vereadoras mineiras, a implementação das políticas públicas para as mulheres em seus municípios.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de março de 2019.

Andréia de Jesus, presidenta.

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA BARRAGEM DE BRUMADINHO, NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 25/3/2019

Às 14h45min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Beatriz Cerqueira e os deputados Gustavo Valadares, Sargento Rodrigues, André Quintão, Cássio Soares, Inácio Franco e Noraldino Júnior, membros da supracitada comissão. Estão presentes também os deputados Sávio Souza Cruz, Antonio Carlos Arantes, João Vítor Xavier, João Magalhães, Bartô e Bruno Engler. Havendo número regimental, o presidente, deputado Gustavo Valadares, declara aberta a reunião, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros presentes, e determina a juntada das notas taquigráficas da reunião anterior aos documentos da comissão. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e a ouvir, em audiência de convidados, o superintendente regional da Polícia Federal em Minas Gerais, o chefe da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, o coordenador adjunto e o superintendente de gestão de desastres da Defesa Civil do Estado de Minas Gerais, o comandante do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais e o comandante da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, integrantes da força-tarefa responsável pela investigação do rompimento da Barragem da Mina do Córrego do Feijão, em Brumadinho, ocorrido em 25/1/2019. A seguir, comunica o recebimento de *e-mails*, encaminhados pelo Fale com as Comissões, da Sra. Andreia Luiza Ferreira Pena, da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil de Minas Gerais, justificando sua ausência nesta reunião, e do Sr. Júlio César Silva, fazendo considerações acerca da instalação desta comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. É recebido pela presidência, submetido a votação e aprovado o Requerimento nº 887/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Inácio Franco, Noraldino Júnior, André Quintão, Bartô, Sargento Rodrigues e Gustavo Valadares, em que requerem seja encaminhado à Defensoria Pública da União pedido de providências com vistas a que seja o defensor público integrante da força-tarefa responsável pela investigação do rompimento da Barragem da Mina do Córrego do Feijão, em Brumadinho, ocorrido em 25/1/2019, convidado para a reunião com convidados desta comissão. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência de convidados. A presidência convida a tomar assento à mesa o Cel. PM Alexandre Magno de Oliveira, diretor de Apoio Operacional da Polícia Militar de Minas Gerais, representando o comandante-geral; o Cel. BM Anderson de Almeida, comandante do 1º Comando

Operacional de Bombeiros, representando o comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG; o Sr. Luiz Augusto Pessoa Nogueira, chefe da Delegacia de Meio Ambiente da Polícia Federal, representando o superintendente da Regional da Polícia Federal em Minas Gerais; o Ten.-Cel. BM Eduardo Angelo Gomes da Silva, comandante do Batalhão de Emergências Ambientais e Resposta a Desastres do CBMMG; e os Srs. Bruno Tasca Cabral, chefe do Departamento Estadual de Investigação de Crimes contra o Meio Ambiente da Polícia Civil de Minas Gerais, representando o chefe da Polícia Civil de Minas Gerais; Eduardo Vieira Figueiredo e Luiz Otávio Braga Paulon, delegados de Polícia Civil de Minas Gerais. A presidência concede a palavra ao deputado André Quintão, relator desta comissão, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Passa-se à 2ª Fase da 3ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento e a votação de requerimentos da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 796, 798, 801 a 803, 816 e 822 a 900/2019. São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 902/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Sargento Rodrigues, André Quintão, Cássio Soares, Noraldino Júnior, Gustavo Valadares, Bartô e João Vítor Xavier, em que requerem seja requisitada à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável cópia, preferencialmente em mídia eletrônica, de documentos referentes ao processo de licenciamento ambiental da Barragem B1 da Mina do Córrego do Feijão, de propriedade da Vale, consubstanciados em ata de toda reunião realizada entre a Vale e os servidores dessa secretaria no mês de outubro de 2014, em que foram discutidos os aspectos relativos à legislação que dispõe sobre o licenciamento ambiental no Estado e que estava em tramitação nesta Casa, e na relação dos nomes e respectivos cargos dos participantes das mencionadas reuniões;

nº 903/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, dos deputados Sargento Rodrigues, Gustavo Valadares, Noraldino Júnior, André Quintão, Bartô e João Vítor Xavier, em que requerem sejam requisitadas ao comandante do Corpo de Bombeiros Militar informações, com detalhamento, sobre os custos com as operações decorrentes do rompimento da barragem da Mina do Córrego do Feijão, em Brumadinho, ocorrido em 25/1/2019;

nº 904/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Noraldino Júnior, Sargento Rodrigues, Gustavo Valadares, André Quintão, Bartô e João Vítor Xavier, em que requerem sejam requisitadas ao chefe da Polícia Civil informações detalhadas sobre os custos com as operações decorrentes do rompimento da barragem da Mina do Córrego do Feijão, em Brumadinho, ocorrido em 25/1/2019;

nº 905/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Sargento Rodrigues, Gustavo Valadares, André Quintão, Noraldino Júnior, Bartô e João Vítor Xavier, em que requerem sejam requisitadas ao coordenador adjunto da Defesa Civil do Estado informações detalhadas sobre os custos com as operações decorrentes do rompimento da barragem da Mina do Córrego do Feijão, em Brumadinho, ocorrido em 25/1/2019;

nº 906/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados André Quintão, Gustavo Valadares, Sargento Rodrigues, Noraldino Júnior e Bartô, em que requerem sejam requisitadas ao coordenador adjunto e ao superintendente de Gestão de Desastres da Defesa Civil do Estado informações consubstanciadas em relatório que detalhe a atuação desse órgão e seu relacionamento com a Vale relativamente a tudo o que ocorreu antes e depois do rompimento da barragem da Mina do Córrego do Feijão, em Brumadinho, em 25/1/2019, principalmente no que diz respeito à elaboração de Plano de Ação de Emergência pela mineradora e sua remessa à Defesa Civil;

nº 907/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados André Quintão, Sargento Rodrigues, Noraldino Júnior, Gustavo Valadares e Bartô, em que requerem sejam requisitadas ao chefe da Polícia Civil do Estado informações consubstanciadas em relatório que contenha os dados técnicos da Barragem B1 da Mina do Córrego do Feijão, principalmente os relacionados com a estrutura das instalações antes do rompimento e com os prejuízos ambientais decorrentes do rompimento;

nº 908/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados André Quintão, Sargento Rodrigues, Gustavo Valadares, Noraldino Júnior e Bartô, em que requerem sejam requisitadas à Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado informações consubstanciadas em relatório que informe os dados técnicos e as condições estruturais da Barragem B1 da Mina do Córrego do Feijão antes do rompimento, com resposta ao questionamento relativo à adoção pela Vale de todas as providências recomendadas pela Defesa Civil;

nº 909/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados André Quintão, Gustavo Valadares, Sargento Rodrigues, Noraldino Júnior e Bartô, em que requerem sejam requisitadas à Superintendência Regional da Polícia Federal informações sobre os inquéritos que investigam o rompimento da barragem da Mina do Córrego do Feijão, ocorrido em 25/1/2019, em Brumadinho, especificando se, com base nas providências adotadas por essa superintendência durante as investigações e a partir das investigações já realizadas, é possível classificar os danos materiais, pessoais e ambientais decorrentes do rompimento da barragem como crime e de qual modalidade, doloso ou culposos; se houve pedido de medida assecuratória em desfavor da Vale; se já é possível apontar a autoria dos delitos; se há diligências pendentes; e se existe previsão da data de conclusão dos trabalhos de investigação;

nº 910/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados André Quintão, Gustavo Valadares, Sargento Rodrigues, Noraldino Júnior e Bartô, em que requerem sejam requisitadas ao chefe da Polícia Civil do Estado informações sobre os inquéritos que investigam o rompimento da barragem da Mina do Córrego do Feijão, ocorrido em 25/1/2019, em Brumadinho, especificando se, com base nas providências adotadas pela Polícia Civil durante as investigações e a partir das investigações já realizadas, é possível classificar os danos materiais, pessoais e ambientais decorrentes do rompimento da barragem como crime e de qual modalidade, doloso ou culposos; se houve pedido de medida assecuratória em desfavor da Vale; se já é possível apontar a autoria dos delitos; se há diligências pendentes; e se existe previsão da data de conclusão dos trabalhos de investigação;

nº 911/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados João Vítor Xavier, André Quintão, Noraldino Júnior, Sargento Rodrigues e Gustavo Valadares, em que requerem seja encaminhado ao Sr. Paulo Masson, responsável pelo envio de estudo de geomonitoramento da barragem da Mina do Córrego do Feijão, em Brumadinho, convite para que participe de audiência da comissão, a fim de que apresente suas conclusões;

nº 912/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Noraldino Júnior, Gustavo Valadares, André Quintão e Bartô, em que requerem sejam requisitadas ao secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e à diretora-geral do Instituto Mineiro de Gestão de Águas informações sobre a gravidade e a extensão dos impactos ambientais provocados pelo rompimento da barragem da Mina do Córrego do Feijão no tocante aos recursos hídricos do Estado, especificando-se a extensão desses impactos e suas repercussões econômicas negativas e as consequências ambientais, em especial para a Bacia Hidrográfica do Rio Paraopeba e para o reservatório de Três Marias.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de março de 2019.

Gustavo Valadares, presidente – Sargento Rodrigues – André Quintão – Cássio Soares – Noraldino Júnior – Glaycon Franco.

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 26/3/2019

Às 10h2min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Sargento Rodrigues, Delegado Heli Grilo, João Leite e Bruno Engler, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por

aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, a debater o anúncio do governador do Estado quanto ao cancelamento do contrato com a empresa TBI Segurança, responsável pela vigilância dos prédios vinculados à Secretaria de Estado de Educação, especialmente quanto ao seu impacto negativo na política de segurança pública, notadamente no que diz respeito aos estudantes e docentes, bem como ao patrimônio público das escolas estaduais. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, é aprovado, em turno único, por unanimidade, o Projeto de Lei nº 4.464/2017, em turno único, com a Emenda nº 1 (relator: deputado João Magalhães). Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 319 e 359/2019. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 820/2019, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao Ministério Público de Minas Gerais – MPMG – e à Defensoria Pública de Minas Gerais – DPMG – pedido de providências para que seja ajuizada ação civil pública contra o Estado, em decorrência de irregularidades no repasse das contribuições patronais e dos segurados policiais e bombeiros militares ao Instituto de Previdência dos Servidores Militares – IPSM –, uma vez que é sabido que o débito do Estado com o IPSM é a principal causa das dificuldades enfrentadas pelos servidores e seus familiares na busca por atendimento médico, odontológico e laboratorial, na capital e interior do Estado;

nº 831/2019, do deputado Coronel Sandro, em que requer seja encaminhado ao escritório regional da Agência Nacional do Petróleo em Belo Horizonte pedido de providências para o combate ao cartel dos preços dos combustíveis praticados em Governador Valadares;

nº 878/2019, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada audiência pública para debater o andamento do concurso público para admissão ao curso de formação de soldados da Polícia Militar de Minas Gerais para o ano de 2019, especialmente quanto ao seu impacto na Política Estadual de Segurança Pública, já bastante prejudicada pela falta de efetivo;

nº 879/2019, do deputado Delegado Heli Grilo, em que requer seja formulado voto de congratulações com o delegado João Henrique Furtado de Oliveira, com os investigadores de Nova Ponte, Luiz Fernando da Silva e Bruno Rodrigo Medeiros, com o investigador de Santa Juliana, Vitor Felipe Borges, com o investigador Amaury Modesto Brum, de Perdizes, e com o escrivão Welker de Oliveira Campos pelas investigações realizadas na cidade de Nova Ponte, que resultou na prisão do suspeito de cometer o latrocínio que vitimou o Sr. Antônio Olivertino;

nº 880/2019, do deputado Delegado Heli Grilo, em que requer seja formulado voto de congratulações com a delegada Bianca Prado e com a equipe da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher, em Santa Luzia, pela operação realizada em 1º/2/2019, que resultou na prisão de Clóvis Simões de Castro, investigado pelo crime de feminicídio;

nº 889/2019, do deputado Delegado Heli Grilo, em que requer seja realizada audiência pública para debater a implantação do Plantão Digital e a utilização de instrumentos tecnológicos nos procedimentos da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, conforme a Resolução Conjunta SEDS TJMG PGJ DPMG PMMG nº 184, de 25 de abril de 2014, especialmente na adoção da ferramenta de videoconferência;

nº 890/2019, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada visita à concessionária Valore Fiat, no Município de Betim, para verificar as condições das viaturas da Polícia Militar de Minas Gerais que se encontram paradas no local e obter informações quanto à data de aquisição dos veículos, ao tempo em que estão estacionados no local, ao responsável por sua guarda e à razão pela qual ainda não foram distribuídos às unidades policiais, carentes de estrutura adequada para a garantia da segurança pública nos municípios do Estado;

nº 891/2019, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e ao Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG – pedido de providências para que sejam destinadas viaturas de combate a incêndio e veículos de fiscalização ao 12º Batalhão do Corpo de Bombeiros Militar, sediado no Município de Patos de Minas, bem como seja construída uma torre de treinamento, uma piscina, um tanque de mergulho e um heliponto no mencionado batalhão, para treinamento e capacitação dos bombeiros militares;

nº 901/2019, do deputado Professor Wendel Mesquita, em que requer seja realizada audiência pública no Município de Ribeirão das Neves para debater a desocupação imediata dos imóveis funcionais utilizados como moradia por agentes públicos do sistema prisional da Penitenciária José Maria Alkimin, no Município de Ribeirão das Neves;

nº 920/2019, dos deputados Sargento Rodrigues, Bruno Engler e Delegado Heli Grilo, em que requerem seja realizada audiência pública na Rodovia Papa João Paulo II, no Bairro Serra Verde, em Belo Horizonte, para debater a gravidade da situação a que estão submetidos os servidores da segurança pública do Estado, notadamente quanto à ausência de recomposição das perdas inflacionárias dos últimos quatro anos e ao parcelamento dos salários há três anos e um mês;

nº 924/2019, do deputado Carlos Henrique, em que requer seja formulada manifestação de protesto contra os atrasos na entrega dos documentos de registros – CRVs – pela falta dos formulários no Município de Sabará;

nº 925/2019, do deputado Delegado Heli Grilo, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à publicação do resultado da investigação social, última fase do concurso para delegado da Polícia Civil de Minas Gerais regido pelo Edital nº 1/2018, e por consequência a homologação do concurso, com o objetivo de nomear os 184 candidatos aprovados no certame; e

nº 926/2019, dos deputados Sargento Rodrigues, Bruno Engler e Delegado Heli Grilo, em que requerem seja comunicado, com urgência, ao Sr. Mauro Pena Rocha, juiz de direito titular da 4ª Vara de Fazenda Pública Estadual da Comarca de Belo Horizonte, que o advogado-geral do Estado, *data venia*, nos Autos nºs 5036371 – 02.2019.8.13.0024, deixou de informar, em sua petição inicial, onde pleiteia a concessão de tutela antecipada em caráter antecedente de ação civil pública, que o evento tratado pela referida autoridade como “protesto de servidores da segurança pública”, a ser realizado em 29/3/2019, nos arredores da ALMG, na Cidade Administrativa de Minas Gerais e mesmo em outras vias públicas, na verdade, configura-se como realização de audiência pública desta comissão.

Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa a Sra. Roberta Corrêa Lima Ignácio da Silva, superintendente de Escola de Ensino Integrado da Sesp; a Ten. PM Aline Silva da Fonseca, da Diretoria de Apoio Operacional; a Sra. Valéria Luisa Santos, diretora jurídica da TBI Segurança; o Sr. Ricardo Lopes Martins, subsecretário de Administração do Sistema Educacional da Secretaria de Estado de Educação; o Cel. PM Alexandre Magno de Oliveira, diretor de Apoio Operacional da Polícia Militar de Minas Gerais – Daop –, representando o comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG; e os Srs. Romualdo Alves Ribeiro, secretário-geral do Sindicato dos Vigilantes de Minas Gerais, representando o presidente desse sindicato; e Flávio Alberto do Nascimento, Vigilante. O presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de março de 2019.

Sargento Rodrigues, presidente – João Leite – Léo Portela.

ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 28/3/2019

Às 11h36min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Sargento Rodrigues, Delegado Heli Grilo, João Leite e Léo Portela, membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Bruno Engler. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 939/2019, da deputada Delegada Sheila, em que requer seja encaminhado ao Departamento Penitenciário Nacional – Depen – pedido de informações sobre os recursos repassados pelo departamento ao Estado nos últimos quatro anos;

nº 940/2019, da deputada Delegada Sheila, em que requer seja encaminhado à Guarda Municipal de Juiz de Fora pedido de providências para maior patrulhamento na região do Independência Shopping nessa cidade, devido aos recorrentes assaltos ocorridos na região;

nº 941/2019, da deputada Delegada Sheila, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para maior patrulhamento na região do Independência Shopping, em Juiz de Fora, devido aos recorrentes assaltos ocorridos nessa região;

nº 949/2019, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – e à Secretaria de Estado de Segurança Pública – Sesp – pedido de providências com vistas à aquisição de sistema de rádio transmissor para a companhia da Polícia Militar de Matias Barbosa;

nº 951/2019, do deputado Cleitinho Azevedo, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para a apuração de mau uso de dinheiro público relativamente a 180 viaturas novas da Polícia Militar, expostas a intempéries há aproximadamente seis meses, e para sua destinação à referida corporação;

nº 954/2019, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado à Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – e à Secretaria de Estado de Segurança Pública – Sesp – pedido de providências para que disponibilizem viatura caracterizada da Polícia Civil de Minas Gerais para a delegacia que atende a Comarca de Matias Barbosa;

nº 968/2019, do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Segurança Pública – Sesp – pedido de providências para que promova com urgência a liberação de recursos para a manutenção dos presídios do Sul de Minas, haja vista as condições precárias de trabalho vivenciadas pelos profissionais e presos dessa região;

nº 977/2019, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado à Subsecretaria de Inovação e Logística do Sistema de Defesa Social da Secretaria de Estado de Segurança Pública pedido de providências para que reveja a decisão de indeferimento de remoção da servidora Lucilena da Silva Santos, Masp 1444327-9, uma vez que, como já exposto e comprovado no Processo Administrativo nº 1690.01.0002629/2018-62 a essa subsecretaria, seu esposo, militar do Exército Brasileiro, foi transferido para cidade de Juiz de Fora, fato que justifica a requerida remoção;

nº 1.012/2019, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada audiência pública para debater a ocorrência de furtos às propriedades que se encontram nas áreas de risco de rompimento da barragem B3/B4 da Mina Mar Azul em São Sebastião das Águas Claras (Macacos), distrito de Nova Lima;

nº 1.015/2019, do deputado Sargento Rodrigues e do deputado Delegado Heli Grilo, em que requerem sejam encaminhados ao governador do Estado pedido de providências, anexando-se as notas taquigráficas da 5ª Reunião Ordinária da comissão, para que proceda ao corte de cargos comissionados na estrutura administrativa do Estado e, com essa economia, sejam destinados recursos para

reforçar a segurança nas escolas estaduais e ainda para que possa ser mantido o contrato com a empresa TBI Segurança, responsável pela vigilância dos prédios vinculados à Secretaria de Estado de Educação;

nº 1.016/2019, do deputado Sargento Rodrigues e do deputado Delegado Heli Grilo, em que requerem sejam encaminhados ao governador do Estado, à Secretaria de Estado de Educação e à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão pedido de providências, anexando-se as notas taquigráficas da 5ª Reunião Ordinária da comissão, para suspender a decisão de cancelamento do contrato com a empresa TBI Segurança, responsável pela vigilância dos prédios vinculados à Secretaria de Estado de Educação, haja vista o grave impacto negativo na política de segurança pública e por colocar em risco os estudantes e docentes, bem como o patrimônio público das escolas estaduais;

nº 1.019/2019, do deputado Sargento Rodrigues e da deputada Beatriz Cerqueira, em que requerem seja realizada audiência pública para debater a Proposta de Emenda à Constituição nº 6/2019 e o Projeto de Lei nº 1.645/2019, ambos em tramitação na Câmara dos Deputados, especialmente quanto aos impactos relacionados com o regime de previdência dos policiais e bombeiros militares;

nº 1.021/2019, do deputado João Leite, em que requer seja realizada audiência pública para debater a Instrução Técnica nº 12 do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais.

nº 1.022/2019, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada audiência pública para debater o risco de rompimento, considerando parecer da Defesa Civil, da represa da Barragem B3/B4 da Mina Mar Azul, no Distrito de São Sebastião das Águas Claras, Município de Nova Lima, e da Barragem Forquilha, no Município de Ouro Preto;

nº 1.023/2019, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada visita às barragens B3/B4 da Mina Mar Azul, no Distrito de São Sebastião das Águas Claras, Município de Nova Lima, e Forquilha 1 e 3, em Ouro Preto, tendo em vista a elevação do risco de rompimento de 2 para 3, considerando alerta máximo.

É recebido pelo presidente, para posterior apreciação, o Requerimento nº 886/2019, do deputado Bruno Engler, em que o deputado requer seja realizada audiência pública para debater a implantação do modelo de gestão cívico-militar nas escolas de Minas Gerais.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 29 de março de 2019.

Sargento Rodrigues, presidente – Bruno Engler.

ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 29/3/2019

Às 13 horas, comparecem na Sala das Comissões os deputados Sargento Rodrigues e Bruno Engler, membros da supracitada comissão. Está presente também o deputado Coronel Sandro. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater a gravidade da situação a que estão submetidos os servidores da segurança pública do Estado, notadamente quanto à ausência de recomposição das perdas inflacionárias dos últimos quatro anos e o parcelamento dos salários há três anos e um mês, o que vem acarretando grave situação de endividamento de suas famílias, afetando inclusive a saúde desses profissionais, levados ao desespero. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa o Sr. Adeilton de Souza Rocha, presidente do Sindicato dos Agentes de Segurança Penitenciária do Estado de Minas Gerais – Sindasp-MG; o Sgt. BM

Alexandre Rodrigues, presidente da Associação de Servidores do Corpo de Bombeiros e Polícia Militar do Estado de Minas Gerais – Ascobom; o 2º-Sgt. PM Walter Carvalho de Souza Fagundes, presidente da Associação Central Única dos Militares Estaduais de Minas Gerais – Cume; o deputado federal Subtenente Gonzaga; o Subten. PM Heder Martins de Oliveira, presidente da Associação dos Praças Policiais e Bombeiros Militares de Minas Gerais – Aspra-PM/BM; o Cb. BM Álvaro Rodrigues Coelho, presidente do Centro Social dos Cabos e Soldados da Polícia Militar e Bombeiros Militares de Minas Gerais – CSCS PM/BM-MG; o Sgt. PM Luciano Santana Bremer, presidente da Associação dos Praças do Nordeste Mineiro – Bombeiros Militares e Policiais Militares, o Cb. PM Alberto Dias Valério, presidente da Associação dos Profissionais de Segurança Pública do Sul de Minas; os Srs. Benedito Souza Barreto, vice-prefeito de Nanuque; Wilton Ribeiro de Sales, presidente do Sindicato dos Peritos Criminais do Estado de Minas Gerais; Weber Americano, diretor institucional da Associação dos Delegados da Polícia Civil de Minas Gerais – Adepol, representando o presidente; e José Maria de Paula, presidente do Sindicato dos Servidores da Polícia Civil de Minas Gerais – Sindpol-MG; e o deputado federal Lincoln Portela. O presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais e, a seguir, passa a palavra ao deputado Bruno Engler para que proceda da mesma forma. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 1º de abril de 2019.

Sargento Rodrigues, presidente.



ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 2/4/2019

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

2ª Fase

(das 16h15min em diante)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 367/2019, do governador do Estado, que estabelece a estrutura orgânica do Poder Executivo e dá outras providências. (Faixa constitucional.) (Urgência.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto nº 1/2019 – Veto Total à Proposição de Lei nº 24.085, que dispõe sobre o registro de dados pessoais de guardadores e lavadores de veículos no Estado. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto nº 2/2019 – Veto Parcial à Proposição de Lei nº 24.238, que altera as Leis nºs 4.747, de 1968, 5.960, de 1972, 6.763, de 1975, 14.937, de 2003, 15.424, de 2004, e 21.527, de 2014. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto nº 3/2019 – Veto Total à Proposição de Lei nº 24.158, que dispõe sobre as associações de socorro mútuo. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto nº 4/2019 – Veto Total à Proposição de Lei nº 24.161, que altera o art. 2º da Lei nº 14.171, de 15 de janeiro de 2002, que cria o Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais – Idene – e dá outras providências. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto nº 5/2019 – Veto Total à Proposição de Lei nº 24.195, que autoriza o Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem de Minas Gerais – DEER-MG – a doar ao Estado o imóvel que especifica. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto nº 6/2019 – Veto Total à Proposição de Lei nº 24.200, que dispõe sobre a resposta à solicitação dirigida a órgãos da administração direta e indireta do Poder Executivo e dá outras providências. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto nº 7/2019 – Veto Total à Proposição de Lei nº 24.201, que determina que os veículos destinados ao serviço de segurança e saúde públicas do Estado sejam equipados com dispositivo que permita sua geolocalização. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto nº 8/2019 – Veto Total à Proposição de Lei nº 24.208, que acrescenta o art. 2º-A à Lei nº 21.735, de 3 de agosto de 2015, que dispõe sobre a constituição de crédito estadual não tributário, fixa critérios para sua atualização, regula seu parcelamento, institui remissão e anistia, e dá outra providência. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto nº 10/2019 – Veto Total à Proposição de Lei nº 24.230, que dispõe sobre a obrigatoriedade de hipermercados, supermercados, atacadistas e estabelecimentos varejistas congêneres identificarem de forma destacada produtos provenientes da agricultura familiar. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

3ª Fase

Pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 2/4/2019

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.477/2015, do deputado Carlos Pimenta; 2.654/2015, do deputado Inácio Franco; 4.025/2017, do deputado Léo Portela; 4.893/2017, do deputado Roberto Andrade; 5.061/2018, do deputado Doutor Jean Freire;

5.306/2018, da deputada Marília Campos; 5.319/2018, do deputado Dalmo Ribeiro Silva; 5.344/2018, do deputado João Vítor Xavier; 5.394/2018, do deputado Doutor Jean Freire; 5.396/2018, do deputado Sargento Rodrigues; 5.399 e 5.400/2018, do deputado Dalmo Ribeiro Silva; 5.496/2018, do deputado Roberto Andrade; 5.498 e 5.509/2018, do deputado Dalmo Ribeiro Silva; 46/2019, da deputada Ana Paula Siqueira; 133/2019, do deputado João Leite; 191/2019, do deputado Marquinho Lemos; 226/2019, da deputada Ana Paula Siqueira; 299/2019, do deputado Marquinho Lemos; 321/2019, da deputada Beatriz Cerqueira; 444/2019, do deputado Zé Reis; 447/2019, do deputado Fábio Avelar de Oliveira, e 489/2019, do deputado Cássio Soares.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 4.933/2018, do deputado Gustavo Valadares; 5.108/2018, do deputado Leonídio Bouças; 5.322/2018, do deputado Thiago Cota; 5.332/2018, da deputada Rosângela Reis; 5.339/2018, do deputado Duarte Bechir; 5.343/2018, do deputado Celinho Sintrocel; 5.371/2018, da deputada Rosângela Reis; 5.403/2018, do deputado Dalmo Ribeiro Silva; 5.411/2018, do deputado Leonídio Bouças; 5.430 e 5.431/2018, do deputado Fábio Avelar de Oliveira; 5.435/2018, do deputado Inácio Franco; 5.446/2018, do deputado Roberto Andrade; 347/2019, da deputada Ione Pinheiro; 374/2019, do deputado Professor Wendel Mesquita; 417/2019, do deputado Fábio Avelar de Oliveira; 425/2019, do deputado João Magalhães; 436/2019, do deputado Zé Guilherme; 442/2019, do deputado Ulysses Gomes; 449/2019, do deputado Inácio Franco; 454/2019, do deputado Luiz Humberto Carneiro; 460/2019, do deputado Tadeu Martins Leite; 509/2019, do deputado Cássio Soares; 533/2019, do deputado João Leite, e 541/2019, do deputado Cristiano Silveira.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 2/4/2019

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 2/4/2019

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 2/4/2019

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 5.394/2018, do deputado Doutor Jean Freire.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimento nº 221/2019, do deputado Duarte Bechir.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGROPECUÁRIA E AGROINDÚSTRIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 2/4/2019

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 2/4/2019

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 442 e 443/2019, do deputado Doutor Paulo.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 2/4/2019

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 2/4/2019

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 452 a 454/2019, da Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras; 463/2019, do deputado Elismar Prado; e 487 e 488/2019, do deputado Agostinho Patrus.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 2/4/2019**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimento nº 456/2019, do deputado Duarte Bechir.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 2/4/2019**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimento nº 209/2019, do deputado Fernando Pacheco.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 3/4/2019**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 305 e 307 a 316/2019, do deputado Raul Belém; e 391 a 393, 490, 492, 494, 495 e 497/2019, do deputado Bosco.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**EDITAIS DE CONVOCAÇÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Duarte Bechir, Doutor Paulo, Professor Cleiton e Zé Guilherme, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 2/4/2019, às 9 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência de convidados, debater as atividades a serem promovidas na Semana Estadual de Conscientização sobre os Transtornos do Espectro do Autismo e de receber e votar requerimentos.

Sala das Comissões, 1º de abril de 2019.

Professor Wendel Mesquita, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Visita da Comissão de Segurança Pública**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Delegado Heli Grilo, João Leite, João Magalhães e Léo Portela, membros da supracitada comissão, para a visita a ser realizada em 2/4/2019, às 10h15min, às bases móveis do 33º e do 66º Batalhões da Polícia Militar, em Betim, com a finalidade de verificar as condições de trabalho dos policiais militares nesses locais.

Sala das Comissões, 1º de abril de 2019.

Sargento Rodrigues, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Visita da Comissão de Segurança Pública**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Delegado Heli Grilo, João Leite, João Magalhães e Léo Portela, membros da supracitada comissão, para a visita a ser realizada em 2/4/2019, às 11h30min, em Betim, à Concessionária Valore Fiat, com a finalidade de verificar as condições das viaturas da Polícia Militar de Minas Gerais que se encontram paradas no local e obter informações quanto à data de aquisição dos veículos, o tempo em que estão estacionados no local, a responsabilidade por sua guarda e a razão pela qual ainda não foram distribuídos às unidades policiais, carentes de estrutura adequada para a garantia da segurança pública nos municípios do Estado.

Sala das Comissões, 1º de abril de 2019.

Sargento Rodrigues, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Ione Pinheiro e os deputados Marquinho Lemos, Fernando Pacheco e Thiago Cota, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 2/4/2019, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 1º de abril de 2019.

Rosângela Reis, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Cleitinho Azevedo, Douglas Melo, Doutor Wilson Batista e Elismar Prado, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 2/4/2019, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 1º de abril de 2019.

Bartô, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Delegado Heli Grilo, João Leite, João Magalhães e Léo Portela, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 2/4/2019, às 15h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de votar, em turno único, os Requerimentos nº 317/2019, dos deputados Sargento Rodrigues, Gustavo Mitre, Professor Wendel Mesquita e Raul Belém, 390/2019, do deputado Bosco, 436/2019, do deputado Sargento Rodrigues, 438 e 441/2019, do deputado Elismar Prado, 444 e 445/2019, do deputado Raul Belém, 455/2019, da Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras, 483/2019, do deputado Bruno Engler, e 518/2019, do deputado Sargento Rodrigues, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 1º de abril de 2019.

Sargento Rodrigues, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Marília Campos e os deputados André Quintão, Gustavo Valadares e Mário Henrique Caixa, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 2/4/2019, às 15h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater a situação dos empreendimentos atingidos pela Barragem I da Mina do Córrego do Feijão, em Brumadinho.

Sala das Comissões, 1º de abril de 2019.

Celinho Sintrocel, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão Extraordinária das Energias Renováveis e dos Recursos Hídricos**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Betinho Pinto Coelho, Coronel Henrique, Leandro Genaro e Roberto Andrade, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 2/4/2019, às 16 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 1º de abril de 2019.

Gil Pereira, presidente.

**TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES****PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 357/2019****Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social****Relatório**

De autoria do deputado João Magalhães, a proposição em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Associação de Moradores da Comunidade Vilanovense – Comvilan –, com sede no Município de Manhuaçu, e foi distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 357/2019 tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação de Moradores da Comunidade Vilanovense – Comvilan –, com sede no Município de Manhuaçu, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, que tem como escopo promover o desenvolvimento da vida comunitária dos moradores de Vilanova.

Conforme parecer da Comissão de Constituição e Justiça, o exame da documentação que instrui o processo constatou o atendimento integral das exigências mencionadas no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998, que contém os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública.

Quanto ao mérito, de acordo com seu estatuto, a entidade busca, entre outros objetivos, desenvolver cursos de alfabetização para jovens e idosos; desenvolver atividades de esporte e lazer; elaborar projetos em âmbito local; além de administrar creche e instituição de longa permanência de idosos existentes na comunidade.

Tendo em vista o trabalho desenvolvido pela Comvilan, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 357/2019, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 14 de março de 2019.

Celinho do Sinttrocel, relator.



PRONUNCIAMENTOS

DISCURSOS PROFERIDOS NA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 27/3/2019

O deputado Elismar Prado* – Obrigado, presidente. Saúdo todos os presentes e o público que nos acompanha de casa. Presidente, deputados, deputadas, quero repercutir desta tribuna um evento importante do qual participamos na última segunda-feira, dia 25, no Município de Uberlândia, com o deputado federal Weliton Prado. Fomos convidados pelo Dr. Eurípedes Barra, diretor do Hospital do Câncer em Uberlândia, da mesma forma, o Sr. Renato Pereira, presidente do Grupo Luta Pela Vida, entidade que apoia o Hospital do Câncer e organiza todo o trabalho de voluntariado. Enfim, fomos convidados para um momento muito importante. Era um grande sonho nosso há alguns anos a ampliação do Hospital do Câncer. Conseguimos, finalmente, terminar as obras do terceiro e quarto pisos, respectivamente o Centro de Transplante de Medula Óssea e o Centro Cirúrgico Oncológico, construídos com emendas do deputado federal Weliton Prado.

Quero agradecer ao Grupo Luta Pela Vida, que está entre as melhores 100 ONGs do Brasil e recebeu uma premiação importante no ano passado. Eles fazem um trabalho extraordinário de apoio aos pacientes com câncer e desenvolvem uma série de campanhas para contribuir com a construção e manutenção daquele grande hospital – que não é Hospital do Câncer “de” Uberlândia; como bem disse, é o Hospital do Câncer “em” Uberlândia, que atende mais de 80 municípios da região. No ano passado, foram feitos cerca de 8 mil atendimentos a mais de 80 municípios. Por isso é o Hospital do Câncer em Uberlândia.

No ano de 2016, o deputado federal Weliton Prado assumiu o compromisso de colocar todas as emendas a que tinha direito como deputado federal – são prerrogativas do deputado –, indicando R\$15.000.000,00 no orçamento da União. Naquele ano, ele destinou R\$15.000.000,00 ao Hospital do Câncer em Uberlândia. A partir daquele momento, ele fez o compromisso público,

registrado em cartório, que vem cumprindo rigorosamente, de destinar 100% dos recursos que ele deve colocar na saúde aos hospitais do câncer. Então, entre 2016 e 2019, já indicamos R\$31.500.000,00 para 29 hospitais do câncer em todo o Estado de Minas Gerais. Esse é o trabalho em todo o Estado. Na segunda-feira, estivemos em Uberlândia, repito, entregando o Centro de Transplante de Medula Óssea, bem como o Centro Cirúrgico Oncológico.

A obra, Sr. Presidente, deputados, é simplesmente extraordinária. Uberlândia passa a atingir um nível muito grande de qualidade. Poucos hospitais no Brasil têm todo aquele equipamento. Inclusive, com toda modernização que conseguimos colocar no Hospital do Câncer, em Uberlândia, depois de as novas alas construídas serem equipadas, ele vai deixar de ser referência regional para se transformar num centro de tratamento do câncer de referência nacional, com uma modernização extraordinária, a exemplo de todo o piso do hospital, que é antibacteriano. Então, ele é equipado com tudo que há de mais moderno em termos de equipamentos voltados a hospitais. Então, quero parabenizar o deputado Weliton Prado, que com isso prova que você pode destinar muito bem uma emenda parlamentar, que pode fazer uma grande diferença na vida de tantas pessoas. Portanto, quero parabenizá-lo por esse compromisso.

Além de Uberlândia, o deputado Weliton Prado indicou R\$5.000.000,00 para a Santa Casa de Belo Horizonte, que faz um trabalho extraordinário – estivemos em visita lá –, atende toda a região aqui, tem uma grande demanda. Araxá recebeu R\$1.000.000,00; o Hospital do Câncer de Patrocínio recebeu também R\$1.000.000,00, que já foram pagos. Quero parabenizar o vereador Thiago Malagoli pela parceria e por todo o empenho nesse trabalho em que contribuiu muito conosco.

Presidente e deputados, naqueles municípios em que não há esse tratamento – a gente sabe que é um tratamento de alta complexidade –, nos pequenos municípios, as pessoas, obrigatoriamente, precisam se deslocar para um centro onde há tratamento. Então, colocamos vans para diversas associações ligadas ao câncer, que inclusive já receberam para fazer esse transporte. São vans adaptadas, que garantem toda segurança e conforto. Receberam essas vans os Municípios de Ituiutaba, Monte Carmelo, que também fará o transporte dos pacientes que fazem hemodiálise, Campina Verde e Cachoeira Dourada.

Quero parabenizar a vereadora Professora Nubia, que faz um trabalho fantástico em Cachoeira Dourada, e nos deu também todo apoio nessa tarefa de assistência às pessoas com câncer de Cachoeira Dourada e região. Da mesma forma, parabenizo o vereador Marquinho da Farmácia, de Santa Vitória. Fizemos também a entrega para a associação dos voluntários de Santa Vitória. Enfim, presidente, quero parabenizar esse trabalho do deputado Weliton Prado, que faz a grande diferença. Hoje, ele é considerado o deputado que mais trabalha em defesa dos pacientes com câncer em todo o Brasil. Inclusive, Virgílio, o deputado Weliton Prado articulou na Câmara Federal e teremos em breve – isso é histórico, um marco – a instalação da primeira comissão que vai tratar especificamente dessa temática. É uma comissão que vai amparar todos os pacientes com câncer, fará o enfrentamento, receberá todas as entidades representativas e fará uma discussão profunda em relação a essa questão, em nível nacional. Portanto, será uma comissão muito importante, porque precisamos melhorar os nossos índices, no Brasil, em relação ao enfrentamento desse problema.

Só para citar um dado: nos Estados Unidos, por exemplo, em casos de pessoas acometidas com câncer, aqueles casos mais graves, há um índice de cura de 7 para cada 10 pacientes, ou seja, 70%. Estou falando dos casos realmente malignos graves. Aqui no Brasil a cada 10, o índice chega a 3 ou 4. Então, estamos perdendo muitas vidas ainda.

E por que isso acontece, segundo os especialistas que nós acompanhamos de perto? Devido a todo o processo burocrático, desde o primeiro atendimento até o início do tratamento. Então, o câncer tem pressa, e a gente precisa encurtar o tempo de todos esses processos aqui, no País. E essa comissão que será presidida pelo deputado federal Weliton Prado tem um papel fundamental na discussão para que possamos melhorar esses índices, salvar mais vidas. Temos todas as condições para fazer isso.

Já falei aqui dos dados que atendemos lá, inclusive, quero dar um dado aqui, da região. Só no Triângulo Mineiro, em 2017, houve um aumento de 14% nos casos de câncer. Foram mais 4 mil casos só naquela região. Sabemos que, com o aumento da expectativa de vida, a questão até da própria qualidade de vida, a Comissão de Enfrentamento ao Câncer, em Brasília, vai poder discutir essas questões: a questão de segurança alimentar, a questão dos agrotóxicos, como está a nossa qualidade de vida, o nosso

estilo de vida. Tudo isso tem um impacto muito grande no sentido de desenvolvermos políticas e ações preventivas para proteger toda a nossa população.

O deputado Virgílio Guimarães (em aparte)* – Muito obrigado, deputado Elismar Prado.

É oportuna a sua intervenção, porque a questão do câncer é uma questão de modo de vida, de aumento da poluição e uma série de circunstâncias da chamada vida moderna. Mas o principal elemento que, felizmente, também acumula o percentual cada vez maior do câncer é o aumento da expectativa de vida. Quanto mais a pirâmide etária envelhece – ainda bem –, mais pessoas vão contrair o câncer, vão contraí-lo. Nesse sentido, cada vez mais é oportuno termos parlamentares e governos que apoiem os trabalhos de prevenção e tratamento do câncer.

Não sei se lá foi uma comissão especial ou uma frente parlamentar, mas, sem nenhum conflito com a Comissão de Saúde, essa ideia de ter um grupo de parlamentares que atuem especificamente no apoio aos hospitais do câncer, aos tratamentos do câncer, prevenção do câncer é extremamente oportuna. Cumprimento V. Exa. pelo pronunciamento e pelo trabalho que vem fazendo, bem como o deputado Weliton Prado.

O deputado Elismar Prado* – Obrigado, deputado Virgílio Guimarães. Vamos trabalhar nesse sentido e vou contar com V. Exa.

O deputado Gil Pereira (em aparte)* – Também quero parabenizar o trabalho de V. Exa., deputado Elismar Prado; da mesma forma parabenizo o nosso colega Weliton Prado, lá em Brasília. Sou testemunha de seu trabalho no Ministério da Saúde. Como o Virgílio Guimarães falou, realmente é uma pauta importante a prevenção do câncer, que hoje cresce muito pela expectativa de vida. Então, quero enaltecer e parabenizar o trabalho que V. Exa. tem feito em Uberlândia e no Triângulo Mineiro.

Aproveito este aparte para também dizer do meu pesar por Montes Claros e o Norte de Minas estarem tendo mais uma perda. Já não bastasse no dia 1º começar a questão do pedágio, agora a Gol anuncia que vai deixar de operar o trecho de Montes Claros para Belo Horizonte. Isso porque o ICMS do querosene em São Paulo baixou muito, mas em Minas Gerais, embora tenha o compromisso e a fala do governador, não baixou. Então, a partir de abril, não só Montes Claros, mas todo o Norte de Minas perderão o voo. Ficará só a Azul, sem concorrência. O preço da passagem já é exorbitante e, agora, sem concorrência, será mais ainda. Então, quero fazer esse registro e agradeço ao deputado Elismar Prado por este aparte.

O deputado Elismar Prado* – Obrigado, deputado Gil Pereira.

Concluindo aqui a ideia, quero reiterar o nosso agradecimento ao Dr. Eurípedes Barra, diretor do Hospital do Câncer, em Uberlândia, pelo convite. Fizemos lá a inauguração da conclusão das obras do Centro de Transplante de Medula Óssea e também do centro cirúrgico. Agora a luta é para equipar todo esse espaço, que foi ampliado para que a gente possa dar um salto de qualidade e atender mais pessoas. Reitero aqui e parabenizo o deputado federal Weliton Prado, que fez o compromisso de colocar 100% das suas emendas da área da saúde para os hospitais do câncer. Já foram R\$31.000.000,00 para 29 hospitais que fazem o tratamento do câncer aqui, no Estado de Minas Gerais.

É isso, presidente. Obrigado.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Cristiano Silveira* – Sr. Presidente e nobres colegas, quero cumprimentar todos e todas, desejando uma boa tarde aos amigos e parceiros de Parlamento e de luta.

Sr. Presidente, quero dividir a minha fala em duas etapas. Na primeira, quero falar mais sobre Minas Gerais. Na verdade, quero reforçar uma reivindicação que já fiz em oportunidades anteriores em relação às escolas do nosso estado, especialmente as duas últimas que citei aqui na minha intervenção. Há a Escola Estadual João dos Santos, em São João del-Rei, que é uma escola centenária e está parcialmente interditada porque precisa de reformas emergenciais. Estudaram nessa escola, entre outros alunos, o ex-presidente

Tancredo Neves e outras lideranças, artistas e escritores do Estado de Minas Gerais. É uma escola que tem mais de mil alunos e necessita de uma atenção especial por parte do governo do Estado.

Eu estive com a secretária de Educação. Informei-lhe que o valor da obra previsto em um projeto feito ainda no governo anterior era da ordem de R\$1.200.000,00, mas que era possível fazer uma intervenção na parte estrutural que custaria em torno de R\$300.000,00. Não cuidaria, vamos dizer, da parte estética, mas garantiria segurança para que os alunos pudessem ali permanecer. Lembramos que, por causa da interdição parcial, essa escola funciona em um segundo endereço, pagando aluguel de mais de R\$11.000,00 por mês, ou seja, ao longo de alguns anos, essa parte da obra estrutural já se pagaria e não estaríamos despendendo recursos para o pagamento do aluguel.

Então, quero reforçar o pedido que fiz. Apresentei o requerimento à Mesa e estive com a secretária na Comissão de Educação. A professora Beatriz Cerqueira aprovou para nós esse requerimento na Comissão de Educação com os outros colegas. Estou reforçando, acho que é uma obra emergencial. O Ministério Público agora, no município, determinou que seja garantida a interdição de parte da escola, com a remoção dos alunos. Daqui a pouco, penso eu que as atividades ali poderão inclusive ser interrompidas. Portanto fica esse apelo ao governo para que tenha a sensibilidade de atender emergencialmente a Escola João dos Santos, na cidade de São João del-Rei.

Há também a Escola Adelaide Bias Fortes, na cidade de Barbacena, que tem mais de mil alunos. É preciso ser feita uma intervenção no telhado daquela escola. O projeto já está pronto. Sabemos da dificuldade financeira do Estado. No governo passado, com todo o problema financeiro pelo qual passamos, não interrompemos as obras emergenciais em algumas escolas. É claro que não deu para fazer em todas, mas esse trabalho não foi interrompido, não foi paralisado. Então, fica aqui esse nosso pedido.

Aproveito também para dizer que tenho passado muito pela BR-381, que liga Belo Horizonte, passando por João Monlevade, a Governador Valadares. Tenho percebido que as obras estão paralisadas. Não vejo mais máquina no canteiro de obras, não vejo mais a movimentação de trabalhadores. Estou apresentando um requerimento à Comissão de Transporte pedindo informações ao Dnit em relação ao cronograma da obra, ou seja, para saber se realmente as obras estão paralisadas ou se estão apenas suspensas, se há previsão de retomada, pois é uma obra importante, fundamental para Minas Gerais e para o País em virtude da escoação da produção e do trânsito de passageiros. Lembramos que a BR-381 já foi batizada de Rodovia da Morte em razão do número de acidentes com vítimas fatais que já aconteceram lá. Então, estou pedindo informações ao Dnit.

Acho importante que a Assembleia faça um esforço conjunto também com as nossas bancadas de deputados federais e senadores para que essa obra seja retomada. É uma obra estruturante e fundamental para o Estado de Minas Gerais.

O deputado Celinho Sintrocel (em aparte)* – Quero agradecer ao deputado Cristiano o aparte e parabenizá-lo pela iniciativa de apresentar um requerimento ao Dnit em relação às obras de duplicação da BR-381. Nós sabemos da importância da duplicação dessa obra pelo Ministério da Infraestrutura, órgão do governo federal. É uma obra que já se arrasta há anos, uma obra que é uma reivindicação de toda a sociedade de Minas Gerais, principalmente do nosso Leste de Minas e do nosso Vale do Aço, da região metropolitana.

Quero juntar-me a seu requerimento e também fazer um apelo à bancada de deputados federais para que todas as emendas da bancada de Minas Gerais possam ser destinadas à duplicação das obras da BR-381. Hoje, só há dois lotes em andamento: o Lote 3.1 e o Lote 7, que liga Caeté a São Gonçalo e que liga Jaguarapu até Nova Era, e precisamos de um empenho do governo federal de mais de R\$240.000.000,00 para somarem-se ao que está hoje no seu orçamento para que esses dois lotes possam ser concluídos.

Então, eu o aparteio no sentido de que possamos pedir à bancada de deputados federais que façam frente ao Ministério de Infraestrutura para que possamos centralizar os recursos da bancada federal e esses lotes sejam terminados. Parabenizo a V. Exa.

O deputado Cristiano Silveira* – Obrigado. O deputado Celinho Sintrocel é atuante na região do Vale do Aço e também na região do Rio Doce e conhece bem a realidade da BR-381. Agora, temos que colocar isso, Celinho, na nossa agenda de trabalho, de luta de pauta e pedir ao governo que retome essa obra, que é tão importante para o Estado de Minas Gerais.

Bem, para encerrar a minha intervenção com relação aos assuntos que dizem respeito ao Estado, queria voltar a fazer novo apelo ao governador Romeu Zema. Qual é o pedido? O desarquivamento do projeto que trata dos atingidos por barragem em Minas Gerais. Esse projeto, de autoria do governador Fernando Pimentel, foi arquivado no final do mandato passado e, até o presente momento, não foi desarquivado. A Assembleia já fez dois importantes gestos nas questões dos impactos minerários de barragens em Minas Gerais nesta legislatura. O primeiro projeto que aprovamos na Assembleia de Minas, nesta legislatura, foi justamente o que trata das barragens, endurecendo as regras para o estabelecimento desse tipo de empreendimento. Isso é muito importante em resposta ao que tem ocorrido no Estado quanto a esses crimes, como o de Mariana e o de Brumadinho – uma resposta pronta. E, mais recentemente, foi instituída a comissão parlamentar de inquérito para investigar as causas e as responsabilidades do rompimento da barragem de Brumadinho.

Então, a Assembleia tem feito o esforço de dar uma resposta naquilo que lhe compete com relação aos problemas que temos vivido com barragens em Minas Gerais. Lembramos que o projeto das barragens trata de barragem, mas não fala dos atingidos, portanto é importante que o projeto dos atingidos, construído com os movimentos sociais, com o MAB, seja votado; o governador Zema precisa ter essa sensibilidade. Vimos que algumas de suas falas e pronunciamentos dados à época da tragédia em Brumadinho foram, até certa medida, simpáticas à mineradora Vale do Rio Doce, e é preciso ser dada uma resposta à população que foi atingida por barragens. Então, estou fazendo aqui, de novo, o apelo para que essa matéria seja votada.

Sabemos que o governo tem, em sua agenda de curto prazo, a discussão da reforma administrativa, legítima. Todo governo tem que implementar um modelo administrativo, a contento do perfil da sua gestão. É evidente que não dá para concordar com tudo; há pontos nela que vamos debater. Já debatemos na audiência pública e vamos debater também no Plenário. Aceitamos até a extinção de alguns órgãos a bem da economia de recurso público, não é problema, mas vamos discutir para onde vai a política pública; algumas não podem ser extintas junto com aquilo que está sendo proposto nessa reforma da Previdência.

E também o governo já está sinalizando com o plano de recuperação fiscal, inclusive dizendo aos prefeitos que o restabelecimento da regularidade do repasse para as prefeituras estaria condicionado à Assembleia aprovar um plano de recuperação fiscal. Ainda não vi essa proposta, não sei qual proposta o governador vai mandar para cá, mas a proposta apresentada para outros estados é extremamente perversa para Minas Gerais, para os prefeitos e municípios – pois há a suspensão da possibilidade de repasse de recursos por meio de convênios – e para o servidor público, ou seja, vai impor uma carga de sacrifício muito alta para o povo de Minas Gerais. E duvido das vantagens em contrapartida que o governo federal traria para nós.

O deputado João Vítor Xavier (em aparte)* – Deputado, vou começar pelo início da sua fala, quando V. Exa. falava sobre a questão da mineração. Quero agradecer esta oportunidade do aparte e pedir ajuda de V. Exa. e de todos os deputados da Casa.

No dia de ontem, estive com o secretário de Meio Ambiente de Minas Gerais e apresentei a ele uma proposta para a questão da Serra da Piedade, solicitando que o Estado encampe o apoio à sociedade de Caeté, Sabará, e a todos que lutam contra a mineração na Serra da Piedade, apresentando uma solução, para que não fiquemos apenas naquele discurso de que temos um problema ambiental que precisa ser resolvido e não temos dinheiro. A Vale tem que pagar uma série de medidas compensatórias ao Estado de Minas Gerais – pela recuperação do Rio Doce, pela recuperação do Rio Paraopeba, e por tudo em que o Estado de Minas Gerais foi atingido.

Então apresentamos ontem à Secretaria de Estado de Meio Ambiente o pedido para que uma das medidas compensadoras seja a recuperação ambiental da Serra da Piedade, a fim de que possamos ter o que é necessário, de fato, que é a recuperação ambiental da Serra da Piedade, mas sem o impacto de uma nova mineração por 15 anos. Esse é o caminho. Se o Estado, de fato, quiser recuperar a Serra da Piedade, é este o caminho: colocar como medida compensatória para aqueles que cometeram dois crimes

no Estado, e não permitir uma nova mineração na Serra da Piedade durante 15 anos. Temos um caminho para resolver, e basta o Estado querer e liderar esse processo.

A conversa foi muito produtiva. Saí da reunião animado, e esperamos que isso seja construído também com o Poder Judiciário para que de fato tenhamos a recuperação da Serra da Piedade e não a mineração por mais 15 anos. Existe dinheiro, existe caminho, e basta que todos queiramos e busquemos caminhar nessa direção. Agradeço a V. Exa.

O deputado Cristiano Silveira* – Obrigado, deputado João Vítor.

Para encerrar, presidente, quero comentar a fala do presidente Jair Bolsonaro, incentivando os quartéis militares a festejar os 55 anos da ditadura militar no Brasil. Uma vergonha! O presidente da República que faz duras críticas ao regime da Venezuela e que está caracterizando o presidente daquele país, Nicolás Maduro, como um ditador, é um grande apaixonado e admirador das ditaduras. Esteve no Paraguai, e não faltaram elogios ao Sr. Alfredo Stroessner, ditador, conhecido e acusado, entre outras coisas, de pedir garotas virgens, de 10 a 15 anos, para abusar delas sexualmente.

Recentemente também estive no Chile fazendo elogios à ditadura de Pinochet e dizendo que o derramamento de sangue naquele país foi importante para que o país se desenvolvesse. Uma vergonha! O Brasil passou por um vexame porque vimos o povo da Venezuela ir para as ruas protestar contra o presidente brasileiro. É o único presidente, na história do Brasil, que consegue inclusive, nas suas viagens ao exterior, falar mal do próprio povo brasileiro, como aconteceu recentemente nos Estados Unidos.

Então o Sr. Jair Bolsonaro, que é contra a ditadura na Venezuela, admira a ditadura no Brasil. Admira o Cel. Brillante Ustra, um dos maiores ditadores e torturadores da época do regime de exceção. Os depoimentos são vários, e todos vocês conhecem os requintes de crueldade cometidos por esse coronel, que é a referência do Sr. Jair Bolsonaro. Admira o Cel. Ustra, admira Stroessner, admira Pinochet e reclama de Nicolás Maduro, a bem da conveniência do presidente Donald Trump, presidente americano. E agora chama os quartéis a comemorar o fatídico dia 31 de março. Precisamos dar uma resposta clara a este presidente. Isso não cabe na democracia.

Vimos a Defensoria Pública Federal se movimentando para ingressar com uma ação contra essa medida. Também há um pronunciamento do próprio Ministério Público Federal confrontando essa postura do presidente Jair Bolsonaro. Como se não bastasse, vimos uma agenda prevista, do presidente, na Faculdade Mackenzie ser desmarcada porque uma grande manifestação o aguardava. O povo ia dizer, em alto e bom som, que é contra essas declarações que flertam com o passado que o Brasil quer esquecer. Aliás, até mesmo os militares moderados, militares que são nacionalistas de verdade, no nosso país, recomendaram cautela nesse tipo de atitude do presidente Jair Bolsonaro. Até mesmo parte dos militares fizeram isso. Vejam a que ponto chegamos! Um governo que tenta mentir ao povo brasileiro.

Lamentavelmente parte do nosso povo entra nas *fake news*, que não acabam porque o presidente não desce do palanque, achando que, no regime militar, não havia corrupção. Havia, mas não podia ser investigada nem denunciada porque aqueles que denunciassessem seriam torturados ou exilados.

Havia, sim, muita violência, especialmente contra os que defendiam a liberdade e a democracia. Havia tortura, e os vários depoimentos das comissões de anistia são impactantes. Então quero lamentar a fala do presidente Jair Bolsonaro de promover o resgate, a memória dos ditadores e do período nebuloso que o nosso país precisa esquecer.

Este governo tem de compreender que, a cada “tuitada”, a cada fala, ele cai e despenca nas pesquisas. Estamos vendo que, desde o início do mandato, desde a reabertura da democracia do Brasil para presidente democraticamente eleito, é o pior desempenho de um presidente na história do País. E não era para ser diferente, porque não sai nada positivo da boca do presidente da República. E continua flertando com coisas que queremos esquecer. Ele não desce do palanque. Presidente Bolsonaro, vamos falar de enfrentamento da fome, da miséria, do desemprego e fazer este país voltar a sorrir, porque a situação do Brasil é dramática. Obrigado, presidente.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Celinho Sintrocel* – Sr. Presidente deputado Antonio Carlos Arantes, deputadas e deputados presentes, assessores que estão hoje nas galerias nos acompanhando, povo da TV Assembleia, retorno a tribuna desta Casa para, neste momento, falar um pouco das dificuldades, dos momentos difíceis que a Região Metropolitana do Vale do Aço, o Leste de Minas vem enfrentando nesses primeiros 100 dias de 2019. De forma muito imparcial, mas com muita preocupação, venho fazer um protesto desta tribuna. Venho fazer um protesto para fazer um apelo ao governo do Estado de Minas Gerais, para olhar pela Região Metropolitana do Vale do Aço, pelo colar da Região Metropolitana do Vale do Aço, uma vez que temos de nos preocupar com toda a nossa Minas Gerais. Precisamos entender a importância dessa região para Minas Gerais, dada a sua importância para o PIB mineiro. Há ali sediadas grandes empresas, empresas âncora, gerando emprego no nosso estado, gerando receita no nosso estado, arrecadação para a nossa Minas Gerais.

Mas, de certa forma, de forma muito triste, temos de destacar alguns pontos, pois não podemos ficar omissos. Precisamos destacar esses pontos para que o governo de Minas dê uma resposta ao povo do Vale do Aço, a toda a população e a toda a sociedade do colar metropolitano do Vale do Aço. Enquanto deputado nesta legislatura, tive a oportunidade de ter audiência com o governador do Estado, com o vice-governador, com o secretário de Infraestrutura, com o secretário de Saúde, com o secretário de Governo, levando todas as nossas preocupações daquela região metropolitana. Mas até hoje não recebemos resposta às demandas, às faltas que a população do Vale do Aço, do colar metropolitano cobra do governo de Minas.

Destaco com muita tristeza fatos que vêm acontecendo e para os quais precisamos urgentemente de uma posição do governo de Minas. Primeiramente temos uma rodovia, uma LMG que liga o Vale do Aço à Zona da Mata; uma rodovia denominada LMG-760, que liga o Município de Timóteo à Zona da Mata, a BR-262. Essa obra é reclamada, é reivindicada há mais de quatro décadas pela população. Essa obra já foi promessa de governos anteriores e já está até dentro do mapa do DER como uma obra pavimentada, mas até hoje não conseguiu sair do papel 100%.

E no último governo de Minas fizemos um trabalho intenso com ele e conseguimos que essas obras pudessem ser retomadas. De fato, ela começou, pois toda vida tinha ficado no discurso e nada acontecia. Conseguimos aprovar a licença ambiental, fazer um estudo de Eia-Rima para que a obra pudesse acontecer e o governador dar a ordem de serviço como foi dada. Iniciou-se então a obra, para felicidade da população. Fez-se a licitação, o contrato foi assinado, mas, para a nossa tristeza, hoje ela está paralisada, sem resposta de retomada. Quero, mais uma vez, registrar a importância dessa obra para Minas Gerais e para o povo daquela região. É uma obra que passa pelo Parque Estadual do Rio Doce. É uma ligação, uma rodovia que corta o Parque Estadual do Rio Doce, que tem hoje um enorme potencial turístico para o Estado de Minas. Temos ali a maior reserva de mata atlântica da América Latina, o maior parque lacustre da América Latina, que pode ser hoje um potencial de turismo para as nossas Minas Gerais, para o povo da nossa capital mineira se deslocar para aquela região. Mas, infelizmente, as obras estão paradas.

Para nossa tristeza, recebemos informações de que a empresa licitada, que esteve com a obra parada, está desmontando o parque de obras, desmobilizando o canteiro de obras, tirando a usina de asfalto. Temos já 10 km prontos e 8 km já terraplanados, que vão se perdendo ao longo das chuvas. Assim perde-se todo o serviço e todo o dinheiro público investido. Faço aqui um apelo ao governo de Minas para que possa dar uma resposta de forma positiva para a retomada das obras de pavimentação da LMG-760, mesmo que seja de forma um pouco mais lenta. Não vamos admitir e aceitar a paralisação do serviço de pavimentação da LMG-760.

Somando-se à questão da LMG-760, deputado Virgílio, ainda temos o problema da LMG-320, que liga o Município de Marliéria ao Parque Estadual do Rio Doce, que é uma rodovia chamada Estrada Parque Bispo Dom Helvécio. Começou em 2009. Parte dessa obra foi realizada, mas se encontra paralisada também. É um outro prejuízo. Para não ficar só nas duas rodovias, não posso deixar de registrar também por que não se dá ordem de serviço da LMG-425, que liga hoje Revés de Belém a Vargem Alegre, outra obra que está licitada, com contrato assinado, e não temos até agora uma resposta de quando será dada a ordem de serviço e de

quando será liberada a licença ambiental. Por isso, no caminho de defender a infraestrutura, de defender o desenvolvimento daquela região, venho aqui fazer um apelo ao governador do Estado; ao secretário de Infraestrutura, Dr. Marco Aurélio; e ao diretor do DEER, Dr. Fabrício, para unificarmos forças e encontrarmos saídas para vermos essas obras iniciadas. É isso que verdadeiramente vai gerar emprego neste estado, vai gerar mais receita neste estado. Gerando mais receita, vai gerar mais desenvolvimento. É tudo que a população vem cobrando de todos nós depois das eleições de 2018.

O deputado Virgílio Guimarães (em aparte)* – Obrigado, deputado Celinho Sintrocel por sua voz aqui. Aquela região foi criada para socorrer Minas Gerais e pede socorro neste momento. É estranho. Seria inadmissível anos atrás ver aqui representante do Vale do Aço, do rico, pujante e voltado para o futuro Vale do Aço, dizer que aquela região pede socorro. Seus municípios estão ali de pires na mão.

A crise se abateu sobre o presente e sobre o futuro, porque ali está o futuro. Quando falamos em mineração, vemos que ali está a solução para exportar aço, minério manufaturado, industrializado. Essa seria a grande solução. Então, estou somando-me a V. Exa., deputado Celinho Sintrocel, para dizer que essas obras de infraestrutura serão a solução para o Vale do Aço e para Minas, porque ali está uma locomotiva para arrastar a nossa economia, para ajudar a tirar Minas da crise a curto prazo. A infraestrutura industrial está montada, os corredores de exportação ferroviária estão prontos. Temos de ter essa obra, ter apoios e ter condição para retomar o desenvolvimento.

E para completar, no seu devido tempo, temos de voltar a pensar também na hidrovía do Rio Doce, que pede socorro. Deve ser retomada, sob os pontos de vista ambiental, turístico e econômico, a recuperação desse rio tão importante e que poderá ser, também no futuro, mais uma infraestrutura a serviço do desenvolvimento do Vale do Aço e pelo Vale do Aço, por Minas e pelo Brasil.

Parabéns por seu pronunciamento, deputado Celinho.

O deputado Celinho Sintrocel* – Obrigado, deputado Virgílio. Tenho o nobre reconhecimento de que V. Exa. sempre foi bem reconhecido e votado naquela região, conhece os problemas e se soma a nós na luta pela retomada dessas obras.

Quero continuar falando dessa questão das obras porque o nosso mandato, junto ao de outros parlamentares, vai realizar audiência pública. E espero que o governo possa estar presente nesse encontro para dar uma resposta à população da segunda região metropolitana do Estado de Minas Gerais, do nosso colar metropolitano. Devemos continuar fazendo alusão a tanta coisa ruim que está acontecendo no Vale do Aço.

Por último, quero compartilhar com o povo de Minas, compartilhar com o governo a nossa tristeza ao receber um comunicado ontem da direção da Fundação São Francisco Xavier, do Hospital Márcio Cunha, hospital referência naquela região que paralisou o atendimento aos servidores do Estado pelo Ipsemg. Falta pagamento. Ontem tive a oportunidade de, mais uma vez, manifestar ao governo, dar uma resposta à fundação, porque não podem, de maneira alguma, ficar sem esse atendimento os aposentados, os pensionistas, os servidores do Estado, professores e tantos servidores que necessitam muito do serviço do Ipsemg na área da saúde.

Com muita tristeza, recebo uma reclamação a cada 15 minutos, a cada 1 hora. Hoje, por exemplo, uma paciente que estava internada no Hospital Márcio Cunha, com um problema seríssimo de saúde, esperando uma intervenção cirúrgica, infelizmente não recebi autorização e está recebendo alta com fortes dores, com sangramento e voltando para casa sem assistência. É uma servidora, uma professora do Estado. Por isso estou conclamando, pedindo sensibilidade ao governo para que dê uma resposta em relação ao Ipsemg e ao pagamento do atrasado ou de parte do atrasado junto à Fundação São Francisco Xavier e aos demais prestadores de serviço, porque os servidores do Estado não podem ficar nessa situação lastimável de não receber atendimento hospitalar na região.

Para se somar a esse problema da área da saúde, não vou deixar de registrar o meu forte protesto contra a realidade imposta à nossa região com o atendimento hospitalar pelo Serviço Único de Saúde, dada a dificuldade que os hospitais estão passando. Hoje registro que a cidade de Caratinga, uma cidade polo, com quase 95 mil habitantes, acabou de fechar o Hospital Nossa Senhora

Auxiliadora. Ele encerrou, fechou suas portas porque não tem condição de funcionar. Ainda o hospital de Bom Jesus do Galho, que paralisou o atendimento pelo Sistema Único de Saúde; o hospital de Dionísio, que está atendendo à população de forma precária; o hospital de Belo Oriente fechado, sem previsão de atendimento.

E a rede hospitalar que existe hoje em Ipatinga, Timóteo e Coronel Fabriciano, que atende as duas regiões, a microrregião de Ipatinga e de Coronel Fabriciano, e a todos os municípios que a compõem, está com valores atrasados, sem receber, com dificuldade, à beira do caos para o atendimento hospitalar ao povo que precisa do Sistema Único de Saúde.

Tudo isso vem ocorrendo por falta de resposta. E, para a minha tristeza, deputados, eu pedi uma audiência com o secretário de Saúde de Minas Gerais, para que ele me recebesse e desse uma resposta. A resposta que chegou foi a de que o secretário de Saúde do Estado de Minas Gerais não tem agenda e não sabe quando vai poder me receber. Isso é um absurdo! Precisamos tratar isso com seriedade. Essa questão da região não vai ficar dessa forma, por isso que nós queremos respostas.

Nós temos 72 leitos para abrir em Coronel Fabriciano, convênio para ser celebrado que não se celebra, maternidade para ser aberta, UTI neonatal em Timóteo. Precisamos discutir também a abertura de mais 22 leitos em Timóteo, enfim, mais investimentos necessários para a saúde. Mas a gente não tem sequer a oportunidade de falar com o secretário de Saúde, para ele poder dizer em que está trabalhando para encontrar a solução, ou uma previsão, um calendário para tentar regularizar a situação.

Gostaria de aproveitar a oportunidade para registrar outras dificuldades, mas o tempo é curto e não tenho condição. Mas estou fazendo esse apelo.

Agradeço, de forma muito respeitosa, ao secretário de Infraestrutura, que me ouviu quando vim a esta tribuna me posicionar quanto à suspensão do aeroporto de Santana do Paraíso. Hoje já temos as obras retomadas e, enfim, estamos perto de uma possibilidade de o aeroporto voltar a funcionar.

Deixo aqui o meu protesto. Deixo aqui o meu pedido de sensibilidade ao governo de Minas, aos secretários: vamos nos reunir, vamos participar da discussão para encontrar resposta à população. O povo do Vale do Aço não aceitará esse quadro de crueldade, porque estamos sofrendo muito. E eu, como parlamentar, vou lutar até o fim para que o governo possa dar uma resposta a nossa região metropolitana. Muito obrigado.

* – Sem revisão do orador.

O deputado João Leite* – Sr. Presidente, deputado Antonio Carlos Arantes, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembleia, hoje pela manhã, acompanhado do deputado Celinho Sintrocel, membro da comissão das ferrovias mineiras e também do nosso vice-presidente, deputado Gustavo Mitre, tivemos um encontro com o secretário de Transportes, o Dr. Diogo Prosdocimi. O Dr. Diogo Prosdocimi, então, passa agora a ser a pessoa, no governo do Estado de Minas Gerais, que irá tratar da questão ferroviária.

É claro que, além das incumbências que ele tem em relação às rodovias, o Dr. Prosdocimi tratará da questão ferroviária. Ele nos recebeu muito bem. O deputado Celinho Sintrocel teve a oportunidade de levar os pleitos do Vale do Aço. O sonho dele – eu gosto de falar porto seco, mas o deputado Celinho fala em terminal de cargas do Vale do Aço –, é a implantação do terminal de cargas e que a linha que hoje é utilizada apenas para o transporte do minério possa também levar outros produtos de outras empresas do Vale do Aço.

Tivemos a oportunidade de fazer uma explanação de todo o trabalho realizado pela comissão; o trabalho realizado pela Assembleia Legislativa; a decisão do deputado Agostinho Patrus de ingressar com uma ação administrativa na ANTT para que ela cesse qualquer movimento de aprovação do relatório das audiências realizadas em Minas Gerais, por conta da antecipação da renovação da concessão ferroviária, e dê as explicações solicitadas no relatório final do deputado Roberto Andrade, da Comissão de Pró-Ferrovias da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

Fizemos vários questionamentos. Perguntamos, deputado Cleitinho Azevedo, por que a linha que passa por Divinópolis, pelo Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba está hoje subutilizada. Ora, se a concessão da VLI, àquela altura, em 1996, ficou com a Vale, por que ela não compartilha, não usa essa linha para um trem de passageiros de Divinópolis a Belo Horizonte, do Aeroporto Internacional de Confins a Sete Lagoas? Por que essa linha não é utilizada para levar produtos para o porto de Salvador, já que ela passa no Norte de Minas, nos grandes projetos de frutas do Norte de Minas, tanto Jaíba quanto Gortuba?

Diz o nosso Prof. Luiz Antônio Athayde, deputado Virgílio Guimarães: “A riqueza do futuro de Minas Gerais é a comida”. O minério se extinguirá, mas a comida permanecerá em Minas Gerais para sempre – os grãos, a soja, o milho e o feijão. O café permanecerá para sempre, e as frutas permanecerão no Norte de Minas. Os peixes permanecerão, a piscicultura permanecerá. E, enquanto isso, vemos a tentativa do governo federal de antecipar uma renovação de concessão ferroviária para mais 40 anos. É momento de relicitação dos trechos em Minas Gerais, para utilização do escoamento de grãos do Alto Paranaíba, Triângulo Mineiro e Noroeste de Minas Gerais, chegando a Unaí, onde há grandes plantações de soja, feijão e milho, que hoje, para serem escoadas, precisam das rodovias, que estão nas condições ou falta de condições que estamos acompanhando.

Ontem conversei com os nossos senadores, que nos deram apoio total. Falei com os senadores Anastasia e Rodrigo Pacheco, todos fechados em relação à defesa de Minas Gerais, à retomada ferroviária em Minas Gerais. Não podemos perder essa oportunidade. Tudo bem! Se não for feita a antecipação da renovação da concessão ferroviária, teremos, daqui a nove anos ou muito menos que isso, de discutir a relicitação dos trechos ferroviários em Minas Gerais. Teremos a extinção da concessão BH – Vitória, da concessão BH – Rio de Janeiro, aquele carrossel da MRS; do trecho que vem do Triângulo Mineiro, passando pelo Oeste Mineiro, Divinópolis, pela região Central de Belo Horizonte, indo ao Norte de Minas, até Salvador. Tem de ser feita uma relicitação, e há grandes possibilidades de novas linhas no modal ferroviário em Minas Gerais.

Diz o nosso Prof. Luiz Antônio Athayde: “Minas Gerais não vende nada para o Espírito Santo”. Vamos lá aproveitar as praias – não é mesmo, Marquinho? –, vamos lá em “Guaraparis”, em “Manhattaizes”, não é? Mas vender mesmo, vendemos muito pouco. Às vezes comemos no Espírito Santo aquele picolé de mineiro, aquele queijo que esquentam na praia, mas não vendemos nada. Não vendemos também para o Rio de Janeiro. Usufruímos muito das belezas do Rio de Janeiro, mas não vendemos nada. Vendemos para São Paulo.

Minas Gerais precisa ter uma linha ferroviária, tanto de transporte de carga, quanto de transporte de passageiros, para São Paulo. Em algum momento a 381, a Fernão Dias vai exaurir. Passo muito por essa estrada e fico vendo os distritos industriais. Havia uma previsão de que Minas Gerais mudaria para São Paulo, e aconteceu o contrário: São Paulo mudou para Minas Gerais. O distrito industrial de Extrema é algo impressionante, o de Camanducaia é impressionante, o de Pouso Alegre é um mundo. O nosso Vale do Silício, Santa Rita do Sapucaí, empresas imensas... E não temos ligação ferroviária com São Paulo. Precisamos urgentemente construir.

No relatório final da comissão, nós colocamos a determinação do estudo de viabilidade técnica e econômica de uma linha de passageiros e de carga até São Paulo. Colocamos também, e já está em mãos e guardado aqui na Assembleia Legislativa, o estudo de viabilidade técnica e econômica, feito pela MRS, do ferroanel da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Esse ferroanel fundamental vai ligar todo o Estado de Minas Gerais ao aeroporto industrial, ao Aeroporto Internacional de Confins. É um sonho muito grande do Gilmar, do pessoal de Pedro Leopoldo termos um porto seco em Doutor Lund, que é uma estação ferroviária que está a 3,5km do Aeroporto Internacional de Confins. Ali estão grandes empresas: Precon, Cauê, Ical, Cimento Campeão. Todas estão ali hoje e podem perfeitamente usar esse embarque na Estação Doutor Lund e levar esses produtos para exportação.

A Assembleia Legislativa, com todo o seu conhecimento... E temos que agradecer muito a estrutura que ela tem – os nossos consultores, os nossos assessores. Temos um relatório final da nossa comissão, com informações fundamentais, informações importantes.

Hoje, no encontro com o Dr. Diogo Prosdocimi, tivemos acesso a diversos projetos que o governo de Minas tem em relação à questão ferroviária. Ficamos sonhando ali – não é, Doutor Jean Freire? – com a volta do nosso trem lá para Caravelas, Ponta de Areia, a música do nosso Milton Nascimento. Ficamos sonhando com a volta.

A Valec, essa empresa que está sendo extinta pelo governo federal agora, está fazendo uma linha que sai lá de perto de Caetité e vai até Ilhéus. Aí eles falam: “Estamos levando para o porto de Ilhéus”. Mas Ilhéus não tem porto ainda. E eles querem fazer uma linha. O trecho de Araçuaí até Ponta de Areia, até Caravelas, continua lá, a base continua lá, as estações continuam lá. Por que não retomar esse trem se temos porto em Caravelas? Aí vamos gastar dinheiro para fazer um porto em Ilhéus, e já temos porto em Caravelas, e temos rumo do trem até Ponta de Areia. Portanto, é um momento especial de Minas Gerais.

Outro dia, inclusive, a deputada Laura Serrano me brindou com um comentário em algo que postei, e eu disse a ela: Ajudem-me, ajudem os deputados da Comissão Pró-Ferrovias, todos com a inteligência e o conhecimento de cada região. Mas, mais do que isso, ajudem Minas Gerais. Este é o grande momento do Estado de Minas Gerais, a retomada ferroviária. Muitas vezes dizem que a ferrovia é cara. Cara é a rodovia, onde perdemos carga, perdemos vidas, onde descem três helicópteros do governo do Estado para desencarcerar vítimas, onde ficam os sequelados que são beneficiários do benefício de prestação continuada, porque não trabalharão mais. Então a ferrovia é barata, o que é caro é a rodovia. Mas, se nós conseguirmos ter a ferrovia e o modal ferroviário e aquaviário, aí Minas Gerais vai se desenvolver.

Ouçó, com muito prazer, a deputada Laura Serrano, aproveitando para publicamente agradecer o amável comentário ao meu *posting*. V. Exa. tem a palavra.

A deputada Laura Serrano (em aparte)* – Deputado João Leite, muito obrigada. Queria parabenizar o trabalho realizado pela comissão das ferrovias, que tem conseguido resultados concretos e soluções muito importantes para Minas Gerais neste momento fiscal tão complicado. Penso que nosso papel é esse mesmo, buscar sempre as soluções. Queria aproveitar para reiterar a importância da Baiminas, que é justamente a linha férrea entre Araçuaí e o Porto de Caravelas, que é fundamental não só em termos de mobilidade, mas também para o desenvolvimento econômico da região, a qual necessita dessa atenção. Portanto, só queria corroborar o comentário. Obrigada.

O deputado João Leite* – Muito bem. Eu me lembrei que foi V. Exa. mesma quem cobrou. Estava pensando que havia sido o deputado Doutor Jean Freire, mas não foi ele. Ele cobra, desde criança ele chora querendo o trem novamente de Araçuaí até Ponta de Areia, no Porto de Caravelas, mas foi a deputada Laura que fez comigo esse comentário da importância de trabalharmos pela retomada dessa obra. Às vezes, o Médio Jequitinhonha sofre tanto que, de alguma forma, abaixamos os braços e paramos de lutar. A sua palavra, deputada Laura Serrano, é importante para ajudar a inserir esse debate na comissão das ferrovias da Assembleia. Chegou o momento desse encontro de contas também.

Estou sempre falando que chegou o momento do encontro de contas da Vale com Minas Gerais. Itabira, abandonada; Samarco, com a morte de tantas pessoas; abandono das linhas de trem; esse crime que foi praticado contra Minas Gerais pela Vale; e agora tantas mortes em Brumadinho. Nós não vamos nos esquecer. Queremos o encontro de contas da Vale com o Estado de Minas Gerais. Chegou também o momento – e contamos com o apoio, com o conhecimento do deputado Jean Freire, com o coração da deputada Laura Serrano –, de colocarmos na nossa pauta a volta desse trem que está no nosso coração, no imaginário do mineiro, a volta dessa Ponta de Areia, que nunca esquecemos. Portanto, vamos colocar na pauta, e peço aos deputados que solicitem uma audiência especial para tratarmos desse tema e trazermos para cá antigos ferroviaristas.

Nunca imaginamos o tamanho das ferrovias em Minas Gerais no passado. Outro dia, recebi meu ex-colega da Assembleia, agora prefeito de Recreio, o ex-deputado Zé Maria André de Barros. Ele é bisneto de ferroviarista e lembrava que Recreio tinha 600 funcionários da rede, no tempo em que a ferrovia funcionava. A Vale abandonou aquela linha. Por quê? A linha que passa por Mariana, do nosso Thiago Cota, foi abandonada porque o porto de Açú, possível final da linha mineira, não é da Vale. A Vale recebeu

a concessão e abandonou as linhas que não lhe interessavam. Ficou apenas com a linha que vai para o porto de Vitória, que pertence a ela. Abandonou tudo aquilo. Por isso, repito: chegou o momento desta Assembleia Legislativa, das deputadas e dos deputados cobrarem o encontro de contas da Vale com Minas Gerais. É neste momento. Obrigado, presidente.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Virgílio Guimarães* – Obrigado. Presidente, deputado Charles, deputados e deputadas, sempre que assomo à tribuna, de modo geral, é para falar sobre assunto econômico, sobre a reforma da Previdência, porque preconizo algumas medidas correlatas a isso para aumentar a arrecadação e diminuir a pressão sobre o corte de benefícios dos trabalhadores, sobretudo dos servidores públicos.

Mas desta vez, até porque sempre há algum assunto tido como mais urgente, mais importante, e a gente vai deixando assuntos mais localizados e nunca trata daquilo com o qual a gente pode contribuir... É sobre isso que vou falar hoje, sobretudo depois do nosso querido colega Delegado Heli Grilo.

Vim aqui falar de um assunto que me foi trazido por uma família que passou por momentos angustiantes, terríveis, com o desaparecimento de uma filha de 2 anos que escapou da mãe. Não a acharam e viveram momentos de terror. Passado um dia, depois de reencontrada a sua criança, ainda ficaram com aquela angústia, com aquele pavor – não só o casal mas também a família inteira.

Conforme a nossa experiência, pesquisamos as soluções que existem em outros países e vimos que aqui, no Brasil, há alguma falha em relação ao desaparecimento de crianças. Evidentemente, quando alguém desaparece, as normas da nossa polícia, dos nossos órgãos de segurança é, corretamente, esperar 48 horas para iniciar uma busca, porque a imensa maioria dos desaparecimentos são fortuitos, às vezes voluntários, às vezes decorrentes de conflitos familiares, às vezes decorrentes de conflitos consigo mesmo. Naturalmente, se a polícia tivesse de tomar uma iniciativa imediata, voltada para esse assunto, cada vez que recebesse uma denúncia, teria que se mobilizar. Mas há a compreensão de que, para crianças, isso tem que ser diferente.

Nessa pesquisa, verificamos que – começou nos Estados Unidos, mas hoje já existe em grande parte do mundo – existe um instrumento específico para as crianças desaparecidas sob risco de sequestro, sob risco de maus-tratos ou mesmo para aquelas que têm desaparecimento fortuito e precisam de socorro imediato. As crianças, quase nunca, são do tipo que desaparecem voluntariamente depois de alguma coisa que as deixa tristes consigo mesmas, arrependidas, envergonhadas, talvez em conflito pessoal ou familiar. A criança não; não existe isso. A criança, até os seus 12 anos, idade que define a criança no Brasil e no mundo, precisa de uma resposta imediata. É preciso criar um instrumento específico para a criança. E quantas são aquelas sequestradas, retiradas da família, às vezes usadas como instrumento em disputas pessoais, familiares e até econômicas? Quantas crianças são vítimas e não são adequadamente protegidas?

Vários países da Europa, vários... Não quero ficar copiando coisas de ninguém. Precisamos tomar consciência de que o Brasil precisa se modernizar de alguma maneira, do nosso modo, adaptando-se aos novos critérios de segurança, e criar o que o mundo inteiro chama de alarme ou alerta Amber. Este nome “Amber” foi dado por causa de uma criança americana, cujo nome era Amber, que desapareceu e foi torturada e assassinada. Isso fez com que vários estados ali e, depois, a Europa criasse o Alerta Amber em 16 países, entre os quais Alemanha, França, Itália, Espanha e Reino Unido.

Estudando esse assunto, inclusive discutindo com vários especialistas desta Casa a respeito disso, estou apresentando um projeto para se criar um programa, não um órgão, não uma despesa, mas um arcabouço legal, institucional, para se criar aqui também um alerta desse tipo.

Aqui seria um alarme-mirim. Porque não pode ser para todo mundo, tem de ser até uma determinada idade, porque é mirim, para uma busca emergencial de risco – crianças que precisam ter uma busca emergencial por causa da sua situação, o seu estado de risco.

Claro que, na imensa maioria, essa busca vai constatar crianças que desapareceram, se desgarraram, se perderam numa multidão, em um *shopping* ou em um supermercado. Mas é um alarme que tem de ser disparado, inicialmente, até de maneira focada. Tem de ser desenvolvido através de uma ampla parceria com os organismos que podem ajudar, por exemplo, as empresas de comunicação que atuam nos elevadores, nos supermercados, nos *shoppings centers*, nos telões dos grandes eventos. A busca pode ser iniciada, e já se constatou que, por ser iniciada, em alguns países, mais de 70% resultaram em êxito na recuperação de crianças. No mínimo, isso vai trazer um conforto para as famílias. Evidentemente, nos casos mais específicos, pode até evitar casos mais graves: de sequestro e de ameaça de maus-tratos, de tortura, de abusos sexuais e até assassinatos.

Então, esse é o espírito que quero trazer para o projeto de lei que estou apresentado, para também criar aqui, em Minas Gerais, um alarme Amber, alarme-mirim de busca emergencial de crianças em risco. Evidentemente que esse alarme seria de uso da Polícia Civil, sem a necessidade de criação de órgão algum ou despesas extras; apenas parcerias instrumentais, que fossem como um botão que você aciona e vai disparando sequenciadamente. Alguém tem de fazer a triagem inicial. “Sim, aqui há uma suspeita de que... Então, vou disparar.” Disparar esse alarme é acionar todo o instrumental de comunicação focado ali. Não é para substituir os órgãos específicos de buscas de desaparecidos. Nada disso. É apenas naquele primeiro momento, naquelas primeiras 48 horas, 36 horas, 72 horas haver um alarme total, focado, intenso, multiplicado para que tenha um resultado, como ocorre em vários países. Isso já tem sido testado e com êxito. Aqui teríamos de adaptar às nossas situações.

Concedo um aparte, uma vez solicitado, ao nobre colega e deputado Doutor Jean Freire e, depois, à minha colega também, nossa doutora deputada Laura Serrano.

O deputado Doutor Jean Freire (em aparte)* – Deputado Virgílio, primeiro gostaria de dizer que fico muito feliz quando vejo temas como o deputado João Leite trouxe e como V. Exa. traz agora para serem tratados aqui, neste Parlamento. Fico muito feliz. É isto que as pessoas, ao ligarem a TV Assembleia, esperam de nós: que a gente traga temas de relevância para a nossa sociedade, para os mineiros e mineiras.

O nosso mandato vem discutindo muito a questão da criança, do abuso sexual infantil, principalmente na BR-116, no Vale do Jequitinhonha, no Vale Mucuri, o trabalho infantil. Temos feito belíssimas audiências, e fizemos isso ao longo do primeiro mandato. Temos trazido essa questão para haver uma temática mais forte no que diz respeito às nossas crianças, deputado Virgílio.

Costumo dizer que criança não vem ao mundo para morrer. Criança vem ao mundo para virar adolescente, jovem, adulto, casar-se ou não se casar – sua opção –, ter filho ou não ter filho, ter uma vida digna. Queremos debater muito a temática da criança neste nosso mandato.

Já tinha visto V. Exa. falar sobre esse tema antes de tomarmos posse, se não me engano. Conversamos um pouco sobre isso, caminhando ali na rua. Fiquei muito feliz e comentei com os meus assessores essa sua ideia. E hoje você a explanou aí. Fico muito feliz. Coloco o nosso mandato à inteira disposição de construirmos juntos políticas públicas nessa defesa.

Só para não deixar de lembrar, há uma pergunta que devemos fazer. Dentre tantas crianças que desaparecem no dia a dia, que são exploradas no dia a dia, onde estão as que foram retiradas dos seus pais e das suas mães na ditadura militar? É isso que temos de lembrar nesta semana. Lembrar, sim; comemorar, jamais!

O deputado Virgílio Guimarães* – Muito obrigado, deputado Doutor Jean.

A deputada Laura Serrano (em aparte)* – Obrigada, deputado Virgílio. Gostaria também de parabenizá-lo pela iniciativa. Acho que tudo o que a gente puder fazer voltado para as crianças sempre serão medidas louváveis. Afinal, as nossas crianças – sem demagogia, mas é o que são de fato – representam o nosso futuro, são o nosso longo prazo. Então, se queremos políticas sérias, que serão implementadas e vão gerar resultado, temos de pensar nas crianças.

Uma das minhas prioridades do mandato é o direito das crianças. Então, de forma análoga ao que foi dito pelo deputado Jean Freire, coloco também o meu mandato à disposição quanto ao que a gente puder fazer no sentido de gerar soluções, de gerar

melhorias, de priorizar o direito das crianças, inclusive, no que tange à igualdade de oportunidades. Neste ponto, acho que é fundamental. Então, a educação básica de qualidade e a saúde estão muito voltadas, no caso infantil, para o saneamento. Esse é o investimento mais eficiente que a gente tem em saúde. A OMS afirma que, a cada R\$1,00 que se investe em saneamento, se economiza R\$5,00 em saúde. E a falta de saneamento está muito relacionada à questão da mortalidade infantil.

Portanto, só queria dizer que estou à disposição no que for possível nas políticas que sejam voltadas para a priorização dos direitos das crianças.

O deputado Virgílio Guimarães* – Muito obrigado. Deputada Laura e deputado Jean, caminho para finalizar, acentuando que é um projeto de lei que já formulei, depois de conversar com alguns colegas aqui. Buscando uma adaptação à nossa realidade, é um projeto na área de segurança pública, mas inserido na questão da criança, da segurança pública para a criança e para a família da criança.

Então, é algo que precisa ser adaptado, ou seja, adaptado a uma legislação, adaptado a uma abordagem, adaptado a um instrumental que a segurança tem para repressão aos sequestros e aos desaparecimentos e adaptado àquilo que se refere à criança com sua especificidade.

Volto a dizer que não estou aqui criando um órgão, não estou substituindo aquilo que já existe, criando um instrumental novo para uma situação que ocorre. Como bem lembrou o Doutor Jean, antes mesmo da posse – e demorei a apresentá-lo, Doutor Jean, porque fiz várias discussões com especialistas, inclusive, com pessoas da Casa a respeito do assunto –, houve um pedido que me foi feito por uma família que passou por esse drama: “Olhe, chegue lá e apresente um projeto criando esse alarme em Minas, porque ele tem de ser adaptado às circunstâncias e às características locais”. Tanto que, nos EUA, há um alerta nacional, e 43 estados criaram o próprio, porque é preciso adaptar de acordo com as parcerias, os meios de comunicação existentes, as rodovias, além disso, onde dispara e o limite de abrangência. Tudo isso nas condições locais. Na Europa, fizeram outra opção: juntaram 16 países e criaram um alerta quase europeu, mas cada um com as suas especificidades também. É o que proponho aqui.

Portanto, o projeto é apenas o início de um debate, mas visando oferecer uma solução adaptativa, legislativa, com o instrumental já existente, sem criar cargos, sem ficar inventando muita despesa, mas adaptando o que já existe para um assunto tão sério, tão grave e tão dolorido para tantas famílias. Espero termos oferecido a nossa contribuição para a segurança pública e, sobretudo, para a felicidade das famílias e a segurança das nossas crianças. Muito obrigado.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Alencar da Silveira Jr. – Sr. Presidente, Srs. Deputados, acho que na vida há coisas que precisamos medir. Estamos vendo o primeiro veto do nosso governador Zema a uma matéria dessa natureza. A diabetes hoje, no Brasil, é muito séria, pois está em todas as famílias. Vamos falar dos nossos deputados. Na minha casa, a minha mãe teve diabetes. Meu avô teve, e o pai do Cleitinho tem também. Há diabetes na família de todos aqui. Se não começarmos a cuidar dessa doença desde o início, presidente, desde a juventude, desde a infância, vamos crescer obesos. “Ah, o deputado Alencar da Silveira Jr. está tentando perder uns quilinhos, mas não está conseguindo”. Minha família toda tem diabetes. Desde pequeno tínhamos de contar com um projeto dessa natureza, Sr. Presidente, porque ele leva educação para as nossas crianças, principalmente as da rede pública. Estamos fazendo uma saúde preventiva.

Aí o governador fala: “Não, o Estado tem de ser tocado como uma empresa. E, em uma empresa, eu não ia deixar isso”. Mas no Estado temos de fazer isso, porque vamos cuidar dos nossos filhos. Então faço um apelo a esta Casa para a derrubada desse veto. Não podemos manter um veto dessa natureza.

Sr. Presidente, quero lembrar uma coisa: isso é despesa para o Estado? Não! É qualificar as professoras. Vamos fazer uso de qualificação. A Bia, com a experiência que tem, pode falar. Se os nossos alunos da rede estadual receberem uma educação dessa maneira, com certeza conseguiremos educar a nossa gente, os nossos filhos, os filhos da população carente que estudam em escola

pública. Não adianta o líder do governo tentar defender isso, porque é indefensável um veto dessa natureza. É uma lei que está olhando para as nossas crianças, os nossos filhos, os filhos da nossa gente de Minas Gerais.

Faço um apelo a todos os companheiros: não vamos manter esse veto, e vamos exigir que o governo do Estado faça essa implantação com certa urgência, Sr. Presidente. Não adianta pensar só em recurso, temos de pensar também no futuro da nossa gente. Muito obrigado, Sr. Presidente.

A deputada Laura Serrano* – Obrigada, presidente.

Apesar do mérito louvável da matéria do projeto de lei que trata das ações de prevenção e controle do diabetes em crianças e adolescentes e, como eu disse, uma das prioridades do meu mandato são as crianças, o instrumento correto para se fazer isso não é via projeto de lei. Esse projeto foi vetado pelo governador do Estado por ter um erro de iniciativa. Na verdade, ele tem um vício por ser uma iniciativa privativa do Executivo, portanto é um projeto inconstitucional. Dessa forma, seria uma irresponsabilidade eu, como deputada, votar a favor de um projeto inconstitucional, dado que fiz um juramento em que prometo defender e cumprir as constituições e as leis da República e do Estado, que é o juramento que todos nós fazemos em nossa posse.

Então, encaminho pelo voto contrário, não pelo mérito da matéria, que é louvável, mas por não ser o instrumento correto para realizar essa política pública. Há outros instrumentos no Parlamento com os quais podemos tratar dessa mesma questão. Muito obrigada.

* – Sem revisão da oradora.

O deputado Luiz Humberto Carneiro* – Sr. Presidente, eu, como líder de governo, encaminho para dizer que o governo não fecha questão, deixa os parlamentares livres para a escolha do voto relativamente ao veto em questão.

Quero aqui, Alencarzinho, parabenizá-lo por sua defesa. Acho que esse posicionamento do governo de liberar, sem dúvida alguma, deixa a decisão para a Casa. Obrigado.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Gil Pereira* – Presidente, Agostinho Patrus, queria agradecer as falas. Como o deputado Alencar colocou muito bem, tudo o que pudermos implementar para a juventude, principalmente para as crianças é muito importante, por dois motivos. Hoje, nas escolas, as crianças têm acesso a tudo, a refrigerantes, a McDonald's, frituras, tudo que causa diabetes. O deputado Heli Grilo, por exemplo, é diabético, disse que faz 30 anos que o é. Se na infância tivesse tido esse encaminhamento, seria mais fácil.

Então, peço aos colegas que votem a favor dessa iniciativa, votem “não”, pela derrubada do veto. Essa iniciativa não é minha, mas do Parlamento. Muito obrigado.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Douglas Melo* – Sr. Presidente, primeiramente quero parabenizar o deputado Gil pela sensibilidade de saber que esse projeto é importante para conscientizar principalmente as nossas crianças quanto à alimentação dentro das escolas.

Vou discordar aqui do veto do governo até porque o que o deputado aqui está fazendo é sugerindo algo ao governo de Minas Gerais que vai gerar uma economia futura, já que, se os nossos jovens adquirirem qualquer tipo de doença pela má alimentação, depois terão que utilizar do sistema público de saúde, se não tiverem um plano particular. Então parabéns, deputado.

Quero aqui tranquilizar também a deputada Laura porque aqui existe uma Comissão de Constituição e Justiça e posso dizer que, se houver outra melhor, ainda não conheço em nosso país. A equipe da Assembleia é muito empenhada. Aqui não passa nenhuma proposição sem que essa CCJ nos dê a tranquilidade da constitucionalidade desse projeto. Então, o projeto é constitucional. Aqui, da Assembleia, não sai nada inconstitucional, e nenhum deputado vota nada sem ter o conhecimento da matéria.

Então, sugiro ao governador que, quando chegar projetos como esse, estude mais a fundo para não passar por uma situação como essa. O nosso presidente da Assembleia sempre prega que temos de fazer um trabalho, claro que cada um com sua

independência, em prol daquilo que é bom para o povo mineiro. Quando se veta um projeto que – imagino – o governo não estudou a fundo qual era a sua importância e a sua constitucionalidade, daqui a pouco vai parecer que não há convergência em busca do que é bom para Minas Gerais.

Quero, então, deixar essa sugestão. Parabenizo o deputado por apresentar essa proposta. Parabenizo também o deputado Luiz Humberto, que aqui é o líder na Casa, mas entende que o Parlamento é muito responsável nas suas ações.

Lembramos que, diferentemente do que muitos falam, deputado João Leite, quanto ao deputado estar aqui para gerar custos para o governo de Minas, é o contrário. Se muitos dos nossos projetos se transformassem em realidade, em algo satisfatório para o povo de Minas, talvez o Estado estivesse numa situação melhor. Posso falar aqui por mim e pelo nosso Bloco Minas Tem História. O que nós queremos é sugerir aquilo que faça o Estado de Minas economizar, mas ajude o nosso povo mineiro a sair desta situação complicada. Então, digo aqui que estou encaminhando pela derrubada do veto do governador.

* – Sem revisão do orador.

O deputado André Quintão – Presidente, na condição de líder do Bloco Democracia e Luta, quero encaminhar a votação pela derrubada do veto e em defesa da saúde preventiva, em defesa das crianças, dos adolescentes. Muitas vezes a Assembleia é criticada por omissão. E é exatamente nessas horas, quando temos instrumentos para provar que aqui se fazem boas propostas, bons projetos... Muitas vezes o Executivo veta, e a Assembleia às vezes, por se tratar do Executivo, não coloca a sua posição novamente ao analisar o veto. Então, hoje a posição é muito clara. Não se trata de governo, de oposição; trata-se de uma questão de saúde pública, de saúde preventiva, de defesa do direito fundamental e sagrado à vida. Não compreendi o veto do governador, mas a Assembleia é livre, é autônoma, é independente para demonstrar a sua opinião. Nós queremos estabelecer diretrizes para implementar ações de prevenção e controle de diabetes em crianças e adolescentes.

Parabenizo o deputado Gil Pereira, parabenizo o relator deputado João Leite, que inclusive recomenda também a derrubada do veto. Essa é uma questão que está acima de partido, de governo ou de oposição; é em defesa da saúde. A Assembleia produz boas propostas, bons projetos. Acho muito importante a derrubada desse veto.

O deputado Doutor Jean Freire* – Sr. Presidente, tive a possibilidade de avaliar esse projeto em duas comissões: na Comissão de Saúde e na comissão especial do veto, da qual tive o prazer de ser presidente, tendo como relator o companheiro e colega deputado João Leite. Como disse muito bem o André, não se trata de questão ideológico-partidária. Fico feliz pelo companheiro Luiz Humberto colocar que a orientação é deixar o voto livre. Mas, mesmo assim, com essa orientação de deixar o voto livre, sinto-me na obrigação de, como parlamentar e médico, vir aqui solicitar aos meus companheiros a derrubada desse veto.

Sr. Presidente, às vezes, as pessoas perguntam, como já fizeram algumas vezes, por que eu, atuando como médico – médico cuida das pessoas – resolvi ser parlamentar. Essa é uma prova, uma matéria que mostra que o parlamentar, quando quer, também cuida das pessoas ao lutar pelo acesso à água, por um projeto como esse – parabenizo o deputado Gil. A diabetes é uma doença sistêmica que acomete praticamente todos os órgãos do corpo humano, que tem relação com várias outras doenças, como infarto agudo do miocárdio e acidente vascular cerebral. Então, eu acho que é uma matéria, sim, que deve ser tratada por esta Casa.

Parabenizo mais uma vez o deputado Gil. E em defesa das nossas crianças... Que elas também sejam instrumento. Aprendendo a fazer prevenção nas escolas, que possam levar isso para casa, para fazer prevenção junto à família, aos avós. Eu faço esse encaminhamento e solicito aos nobres pares a derrubada do veto.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Professor Cleiton* – Eu participei desta comissão que analisou esse projeto de lei, deputado Gil Pereira. Queria parabenizá-lo pela iniciativa, como professor, como quem esteve no dia a dia de uma escola, numa sala de aula. Eu sei muito bem o que enfrentam as nossas crianças, os nossos jovens adolescentes que têm essa doença silenciosa e terrível.

Conscientizar desde a tenra infância sobre aquilo que se pode ou não comer, a questão da alimentação, acho que é um dever do Estado. O seu projeto é muito feliz. Corroboro as palavras do deputado Douglas, que faz parte do meu bloco. Precisamos treinar os professores do Estado. Causaram-me muita estranheza as justificativas do governador para vetar esse projeto, quando ele fala que isso geraria um gasto, um custo, porque ele teria de deslocar pessoas do ambiente da Secretaria de Saúde para ir para as escolas para fazer esse tipo de treinamento, uma vez que a gente sabe que é muito simples, Doutor Jean Freire, chamar um professor e oferecer um treinamento básico, elementar, para que ele possa conscientizar as nossas crianças.

Queria chamar a atenção: se votarmos pela manutenção do veto a esse projeto, estaremos na contramão, inclusive, de outras casas. Na semana passada, a Assembleia Legislativa de São Paulo aprovou um projeto que obriga as escolas estaduais de São Paulo e de alguns municípios inclusive, a fazer o teste de glicemia capilar. Semanalmente um profissional da área de saúde estará nas escolas para fazer um teste de glicemia capilar, deputado Virgílio, para dar tranquilidade aos pais que possuem crianças diabéticas que estão no ambiente escolar.

Portanto, vou votar “não” ao veto do governador, parabenizando, mais uma vez, a iniciativa do senhor, deputado Gil Pereira, nesse projeto, que é muito feliz. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Hely Tarquínio – Também queria parabenizar o deputado Gil Pereira, louvar o seu projeto. É um projeto muito importante, pois, entre todas as doenças que acometem o ser humano, a diabetes é uma doença chamada consumptiva. Ela consome as pessoas lentamente, como outras doenças como o câncer e a tuberculose. É uma doença benigna, em termos da histopatologia, se fizer uma biópsia, por exemplo, mas maligna, do ponto de vista de evolução. Então, se na tenra infância fizermos o diagnóstico precoce, certamente a doença será controlada.

Outra coisa, a regulamentação desse projeto tem que ser uma coisa bem focada para fazer o levantamento nas escolas periodicamente, principalmente nos cursos iniciais, na infância, para que essa doença, mais tarde ou dentro de pouco tempo, não comece a causar um sofrimento crônico às pessoas. Ela atinge o olho, geralmente a visão vai diminuindo. Os membros inferiores da maioria das pessoas que têm diabetes correm o risco de comprometimento. E essa doença tem um caráter também familiar. Portanto, a prevenção é importante com a aprovação desse projeto.

Eu sei que a secretaria já tem certamente alguns protocolos, mas essa doença hoje atinge 15% da população adulta, a partir de 50 anos. Mas, às vezes, ela começa muito cedo. Há o tipo 1, a gente chama assim, e o tipo 2. Então, essa prevenção, essa tomada de posição que o Gil Pereira está propondo à população e ao governo de Minas Gerais, é muito louvável e merece o nosso apoio. Ele está apenas reforçando, focando a forma de combater essa doença no início, porque, quando o mal é cortado pela raiz, a gente consegue uma sobrevivência muito melhor, e certamente a doença não vai se instalar havendo a prevenção. Isso significa economia, como foi dito pelo Douglas Melo, e nós estamos na fase de diminuir gastos.

É muito louvável. Mais uma vez, Gil, nossos parabéns, vamos votar pela vida, para derrubar o veto.

O deputado Cleitinho Azevedo* – Sr. Presidente, boa tarde. Estou feliz em vê-lo sentado nessa cadeira. Saudades de você, presidente. Como temos nosso presidente, temos também o nosso pai nesta Casa, o Alencar da Silveira Júnior. E quero reforçar todas as palavras que ele disse.

Eu, como base deste governo, serei base para defender o que é certo e cobrar o que for errado. Peço humildemente a essa base da qual faço parte, assim como o deputado Arantes, que a gente derrube esse veto, porque aprendi, como base, que base não é ser puxa-saco, não é ser capacho, não é ser bobo. Base é ser inteligente, e, mais ainda, a melhor base que a gente tem é o povo, e esse projeto beneficia esse povo. Então você está de parabéns, Gil, e conte com o meu apoio.

Quero também deixar uma reflexão nesta Casa de que a maior função nossa aqui, gente, é legislar e fiscalizar. Então vamos colocar mais projetos. Faz dois meses a gente está aqui, e o único projeto que a gente aprovou foi o de Brumadinho, por causa da

desgraça que aconteceu. Há muito projeto bom tramitando nas comissões que a gente tem que derrubar é aqui. Aqui é a democracia, para votar “sim” ou “não”. Quem acha que tem que votar “não” vota “não”. Quem acha que tem que votar “sim” vota “sim”. Há muito projeto bacana tramitando aqui. A função para a qual a gente é paga é esta: legislar e fiscalizar. Que esta Casa esteja sempre cheia e coloque mais projetos para votar. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* – Sem revisão do orador.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 1º/4/2019, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

tornando sem efeito o ato, publicado na edição de 14/3/2019, que nomeou Maria da Conceição Rodrigues Mauricio, padrão VL-41, 6 horas, com exercício no Bloco Sou Minas Gerais;

exonerando Cássio Amaro Pinto de Carvalho, padrão VL-13, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Sou Minas Gerais;

exonerando Daniela Andrade da Costa, padrão VL-52, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Gustavo Santana;

exonerando Grazielle Alcantara Lima, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Democracia e Luta;

exonerando José Carlos Paixão dos Santos, padrão VL-16, 6 horas, com exercício no Bloco Sou Minas Gerais;

exonerando Lício César Lopes Oliveira, padrão VL-42, 6 horas, com exercício no Bloco Democracia e Luta;

exonerando Luiza Diniz da Cruz, padrão VL-21, 4 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Ana Paula Siqueira;

exonerando Nayara Reis Pontes, padrão VL-43, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Gil Pereira;

exonerando Txai Silva Costa, padrão VL-27, 6 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Ana Paula Siqueira;

nomeando Adriana Cristina do Carmo, padrão VL-29, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Democracia e Luta;

nomeando Alexandre Soares de Almeida, padrão VL-29, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Democracia e Luta;

nomeando Arlete Guimarães Rocha, padrão VL-29, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Democracia e Luta;

nomeando Ben Hur Brescia, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Democracia e Luta;

nomeando Carlos Antônio Outeiro, padrão VL-35, 6 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Ana Paula Siqueira;

nomeando Daniela Andrade da Costa, padrão VL-56, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Democracia e Luta;

nomeando Edson Pereira de Almeida, padrão VL-29, 6 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

nomeando Evandro de Souza Carmo, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Democracia e Luta;

nomeando Girlene Teixeira dos Santos, padrão VL-10, 4 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Democracia e Luta;

nomeando Helena Rocha de Oliveira, padrão VL-28, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado João Magalhães;

nomeando Joana Irene Carreiro do Nascimento, padrão VL-10, 4 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Democracia e Luta;

nomeando Joel Ferreira Lima, padrão VL-10, 4 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Democracia e Luta;

nomeando José Raimundo Ribeiro Gomes, padrão VL-10, 4 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Democracia e Luta;

nomeando Juliana Tanure de Figueiredo Morandi Serrano, padrão VL-29, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Democracia e Luta;

nomeando Letícia Sabrina Lopes Xavier Santana, padrão VL-16, 6 horas, com exercício no Bloco Sou Minas Gerais;

nomeando Lucio Flavio Coelho, padrão VL-20, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Democracia e Luta;

nomeando Luiza Diniz da Cruz, padrão VL-15, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Democracia e Luta;

nomeando Marcos Antônio Crispim, padrão VL-29, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Democracia e Luta;

nomeando Maria das Graças do Valle Librelon, padrão VL-20, 4 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Ana Paula Siqueira;

nomeando Marileno Rodrigues Alves, padrão VL-10, 4 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Democracia e Luta;

nomeando Nayara Reis Pontes, padrão VL-40, 6 horas, com exercício no Bloco Sou Minas Gerais;

nomeando Patrícia Luciana Lima da Silva, padrão VL-15, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Democracia e Luta;

nomeando Reginaldo Ferreira de Azevedo, padrão VL-12, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Fábio Avelar de Oliveira;

nomeando Reginaldo Tadeu de Souza, padrão VL-9, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Democracia e Luta;

nomeando Romulo Novaes Fernandes Coelho, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

nomeando Sebastião Barbosa Sobrinho, padrão VL-13, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Sou Minas Gerais;

nomeando Simone de Carvalho e Silva, padrão VL-41, 6 horas, com exercício no Bloco Sou Minas Gerais;

nomeando Thamiris Costa Mascarenhas, padrão VL-56, 6 horas, com exercício no Bloco Minas Tem História;

nomeando Thayane Soares Vieira, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

nomeando Txai Silva Costa, padrão VL-29, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Democracia e Luta;

nomeando Vânia Lúcia Guimarães de Lima Carvalho, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Bloco Liberdade e Progresso.

TERMO DE CONTRATO Nº 16/2019

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: A&D Motoboys Ltda. EPP. Objeto: contratação de empresa prestadora de serviço de motofrete, com fornecimento de motocicleta, combustível e todos os equipamentos necessários à prestação do serviço. Vigência: 12 meses a partir da data da assinatura. Licitação: Pregão Eletrônico nº 1/2019. Dotação orçamentária: 1011.01.122.701-2.009.3.3.90(10-1).

AVISO DE LICITAÇÃO**Pregão Eletrônico nº 8/2019****Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 18/2019**

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 15/4/2019, às 10 horas, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade fornecimento e instalação de sistema de climatização por expansão direta tipo VRF.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Compras, na Rua Martim de Carvalho, nº 94, 5º andar, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha. Caso os interessados prefiram, poderão solicitar cópia eletrônica gratuita do edital, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 1º de abril de 2019.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

AVISO DE LICITAÇÃO**Pregão Eletrônico nº 14/2019****Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 30/2019**

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 16/4/2019, às 10 horas, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade o registro de preços para aquisição de tintas e materiais de pintura.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Compras, na Rua Martim de Carvalho, nº 94, 5º andar, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha. Caso os interessados prefiram, poderão solicitar cópia eletrônica gratuita do edital, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 1º de abril de 2019.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

PROGRAMA ASSEMBLEIA CULTURAL**PROJETO OCUPAÇÕES ARTÍSTICAS – TEATRO**

A Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais faz saber aos interessados o resultado da fase de habilitação, conforme o Edital do Projeto Ocupações Artísticas – Teatro da Assembleia – nº 2/2019, publicado no *Diário do Legislativo* de 23 de janeiro de 2019.

RELAÇÃO DE INSCRITOS HABILITADOS

PROPOSTA		MODALIDADE
1	A Zeropeia	Espectáculo Infantil/Juvenil
2	A Dama e o Vagabundo	Espectáculo Infantil/Juvenil
3	Pinóquio	Espectáculo Infantil/Juvenil
4	Liga da Justiça vs Coringa	Espectáculo Infantil/Juvenil
5	Como se livrar dela	Espectáculo Adulto
6	Amor de Salto Alto	Espectáculo Adulto
7	Contos de Safadas	Espectáculo Adulto
8	Memórias de um cão de Virgínia Woolf	Espectáculo Adulto
9	(In) PAR	Dança
10	Banda Conecto – Nighth Club	Show de Música
11	Sidney Grandi e Banda – Meu interior	Show de Música
12	Concerto para Bebês – Beethoven	Show de Música
13	Boi Luzeiro – Ser-tão	Show de Música
14	Show Sete – Beth Seixas	Show de Música

RELAÇÃO DE INSCRITOS NÃO HABILITADOS

PROPOSTA	MODALIDADE	JUSTIFICATIVA
1 Diariamente	Dança	A proposta não atende ao disposto no item 6.1-c do edital: “ficha técnica completa aprovada pelo Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espectáculos de Diversões do Estado de Minas Gerais (Sated-MG) ou, para cada um dos membros da equipe/grupo, CÓPIA DAS CARTEIRAS DE TRABALHO (páginas com a foto, nome e a profissão regulamentada/liberação) ou CARTEIRA DE REGISTRO PROFISSIONAL ou CARTÃO DE REGISTRO PROFISSIONAL emitido pela Delegacia Regional do Trabalho – Mte”.

O item 8.5 do edital em epígrafe dispõe que, após a publicação da relação dos inscritos habilitados, o candidato não habilitado poderá interpor recurso no prazo de três dias úteis contados a partir da data de publicação no *Diário do Legislativo*. O item 8.6 dispõe que o recurso poderá versar somente sobre a documentação a que se refere o item 6.1. O item 8.7 dispõe que o recurso deverá ser encaminhado para o e-mail selecao.cultural@almg.gov.br ou entregue presencialmente. O proponente que optar pelo encaminhamento via e-mail deve atentar para os critérios dispostos no item 8.9, a saber: o e-mail deverá ser identificado no campo “assunto” com a expressão “Recurso Teatro”, seguida pelo nome da proposta; a mensagem não poderá ultrapassar 10MB, podendo o proponente enviar mais de um e-mail; o corpo do e-mail deverá trazer apenas a correção ou complementação da informação; o comprovante de apresentação do recurso será o e-mail resposta enviado pela comissão organizadora ao remetente da mensagem. O proponente que optar por entregar o recurso pessoalmente deverá – de acordo com o disposto no item 8.8 do edital – fazê-lo em envelope lacrado, das 9 horas às 17 horas, de segunda a sexta-feira no endereço: Rua Rodrigues Caldas, 30 – Santo Agostinho – Belo Horizonte.

RELAÇÃO DE INSCRITOS ELIMINADOS

Propostas automaticamente eliminadas, de acordo com o disposto no item 7.4 do edital em epígrafe, por estarem incompletas.

PROPOSTA	MODALIDADE	JUSTIFICATIVA
Os Vingadores	Espectáculo Infantil/Juvenil	A proposta não atende ao disposto nos itens 7.2-a, I e II, do edital: “ <u>Texto ou roteiro; Fotos, desenhos ou croquis dos cenários e figurinos, no mínimo dez e no máximo vinte.</u> ”
Sítios	Espectáculo Adulto	A proposta não atende ao disposto no item 7.2-a, III, do edital: “Currículo artístico, apresentado em formulário disponível na página da internet da ALMG (www.almg.gov.br/almg_cultural) e no ANEXO III

			deste edital.”.
	Chico Rei – A história de um grande rei	Dança	A proposta não atende ao disposto nos itens 7.2-b, I, II, III e IV, do edital: “Roteiro; Fotos, desenhos ou croquis dos cenários e figurinos, no mínimo dez e no máximo vinte; vídeo do espetáculo proposto ou de espetáculos anteriores, limitados a três, e com duração de até 5 minutos cada, em formato mp4 ou avi; Currículo artístico, apresentado em formulário disponível na página da internet da ALMG (www.almg.gov.br/almg_cultural) e no ANEXO III deste edital”.
	Elis, Minas e Eu	Show de Música	A proposta não atende ao disposto no item 7.2-c, V: “Rider técnico: sonorização e iluminação.”.
	Bayla Bayla – Música Sefaradita	Show de Música	A proposta não atende ao disposto no item 7.2-c, I, III, IV, V e VI, do edital: “Ficha técnica: completa com sinopse e título do <i>show</i> , apresentada em formulário disponível na página da internet da ALMG (www.almg.gov.br/almg_cultural) e no ANEXO IV deste edital; sonoras: Cinco faixas musicais em formato mp3; roteiro musical do <i>show</i> , com autoria das obras a serem apresentadas; <i>Rider</i> técnico: sonorização e iluminação; Mapa de palco.”.

Belo Horizonte, 2 de abril de 2019.

Cristiano Félix dos Santos Silva, diretor-geral.



ERRATA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 26/3/2019, na pág. 26, onde se lê:

“Pedro Pimenta da Veiga”, leia-se:

“Pedro Frade Pimenta da Veiga”.